FIM DE SEMANA

negocios

negocios.pt

Sexta-feira, 20 de setembro de 2024 | Diário | Ano XVIII | N.º 5329 | € 3.30
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

BORGES DE ASSUNÇÃO
Políticas para jovens: o equilíbrio delicado
OPINIÃO 28



FERNANDO MEDINA
OE deve reforçar defesas do país perante riscos externos
OPINIÃO 29





O QUE NOS CONTAM OS IMPOSTOS?

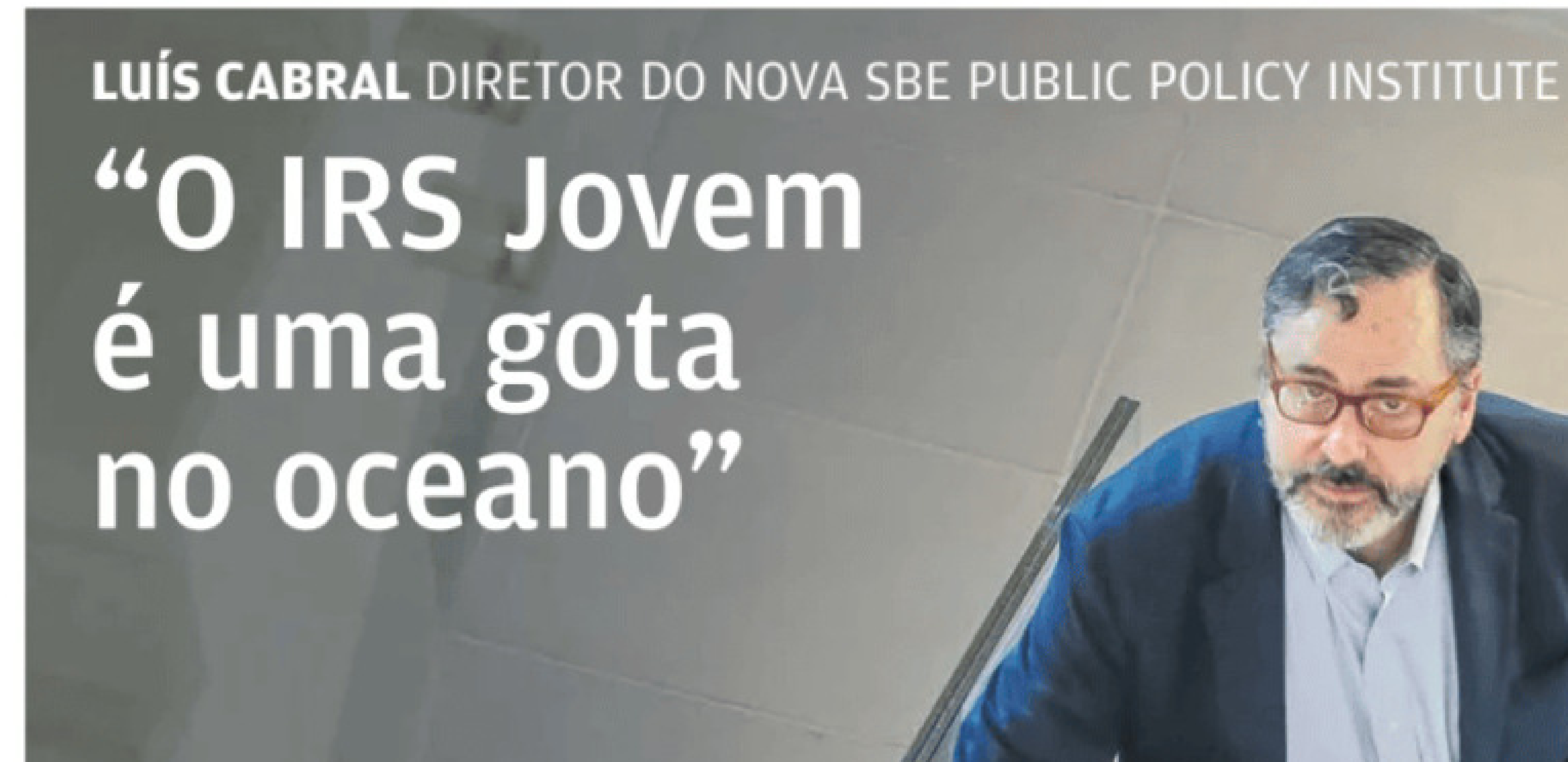
Xavier de Basto (considerado o pai do IVA) e os fiscalistas Sérgio Vasques e João Amaral Tomaz partilham as suas memórias.





LUÍS CABRAL DIRETOR DO NOVA SBE PUBLIC POLICY INSTITUTE

"O IRS Jovem é uma gota no oceano"



Economista diz que a fuga de cérebros é também um problema de produtividade e que não basta mexer nos impostos para que os portugueses qualificados voltem.

ECONOMIA 10 e 11

Vítor Mota

ECONOMIA SEM FRONTEIRAS

CARLOS MOTA DOS SANTOS
CEO DA MOTA-ENGIL

Sem talento local, empresas não ficam muito tempo num país

ESPECIAL 18 e 19



Promessa da AD retira margem para negociar OE e descer IRC

PRIMEIRA LINHA 4 a 6

Banca sabe hoje sentença. Cartel ou conversas benévolas?

EMPRESAS 14 e 15

Espanha ameaça "reinado" da dívida pública nacional

MERCADOS 22 e 23

HOME PAGE

Miguel A. Lopes/Lusa



Governo dá prioridade a investigação a incêndios

A primeira reunião do grupo multidisciplinar contará com a procuradora-geral da República e os responsáveis máximos da PJ, PSP e GNR.

A ministra da Administração Interna justificou o facto de não ter feito qualquer intervenção pública desde o início dos grandes incêndios com os diversos "tempos". E defendeu que "o primeiro-ministro quando fala, fala em nome do Governo.

PEDRO CURVELO
pedrocurvelo@negocios.pt

A ministra da Administração Interna quebrou esta quinta-feira o silêncio – que alguns consideravam já ensurdecedor – desde que deflagraram os primeiros grandes incêndios dos últimos dias.

Margarida Blasco sublinhou que o Governo mobilizou "o maior dispositivo de combate a incêndios" de sempre em Portugal, destacando também a ajuda recebida dos parceiros da União Europeia (UE) e de Marrocos.

Em conferência de imprensa, a ministra anunciou que na próxima segunda-feira, 23 de setembro, se realizará, pelas 15h30, uma reunião do grupo multidisciplinar criado pelo Governo.

O encontro servirá para discutir a investigação criminal às deflagrações de incêndios, salientando a ministra que "há a convicção de que muitos destes incêndios tiveram origem criminosa".

A reunião, detalhou, será presidida pelo primeiro-ministro, Luís Montenegro, e contará com a presença da ministra da Administração Interna, da ministra da Justiça, bem como da procuradora-geral da República, Lucília Gago, e dos responsáveis máximos das forças de segurança: o diretor-nacional da Polícia Judiciária, Luís Neves, o comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, Tenente-General Rui Alberto Ribeiro Veloso, e o diretor-nacional da Polícia de Segurança Pública, Luís Miguel Ribeiro Carrilho.

Primeira reunião de grupo multidisciplinar será na tarde de segunda-feira.

Esta opção por dedicar a primeira reunião da equipa multidisciplinar revela que a prioridade do Governo é a investigação às causas dos incêndios, nomeadamente se tiveram origem criminosa, com a ministra a ressalvar que "é importante distinguir os incêndios que tiveram origem por negligência e os que foram provocados por associação criminosa".

Os tempos da ministra

Margarida Blasco iniciou a sua intervenção justificando a sua ausência do espaço público durante os últimos dias.

"Há um tempo para prevenir, há um tempo para agir – no comando operacional –, há um momento para acompanhar os funerais e as famílias das vítimas. E finalmente há um momento, como este, para falar ao país", referiu.

A governante insistiu que "as boas práticas aconselham que não haja intervenções desnecessárias no terreno, nem intervenções e presenças inadequadas, quer no teatro de operações quer no contexto comunicacional".

Sobre se assumiu falhas na resposta aos incêndios, a ministra remeteu para mais tarde a avaliação, frisando que "apesar da melhoria", a situação ainda não está totalmente ultrapassada e haverá ainda o tempo de disponibilizar todos os apoios necessários às famílias, empresas e municípios afetados. ■

DIA

AÇÃO

Dona da Aperol serve a maior subida em bolsa desde 2020



O CEO Matteo Fantacchiotti está de saída da empresa de bebidas espirituosas.

Os títulos da Davide Campari-Milano – dona do famoso aperitivo Aperol – chegaram a registar a maior subida desde 2020, tendo terminado o dia a valorizar mais de 9% para 7,64 euros. A maior acionista Lagfin revelou que vai comprar até 100 milhões de euros em ações da produtora italiana de bebidas alcoólicas, dando um sinal de tranquilidade ao mercado, depois do anúncio surpresa da saída do CEO Matteo Fantacchiotti. ■





Variação este ano: **-25,17%**
Valor em bolsa:
9.411,8 milhões de euros

FRASE

As ajudas de Estado devem evoluir do interesse nacional para o europeu.



TERESA RIBERA
Vice-presidente da Comissão Europeia, El País

FOTO



Na Europa Central e Oriental também se vive uma tragédia

Mais de 1.000 pessoas foram evacuadas em toda a região de Emilia-Romagna, no norte de Itália, devido às fortes chuvas que causaram o transbordamento dos rios. Enquanto em Portugal se vive o pesadelo dos incêndios, na Europa Central e Oriental a tempestade Boris trouxe fortes chuvas, tendo já provocado a morte de 20 pessoas nas regiões afetadas.

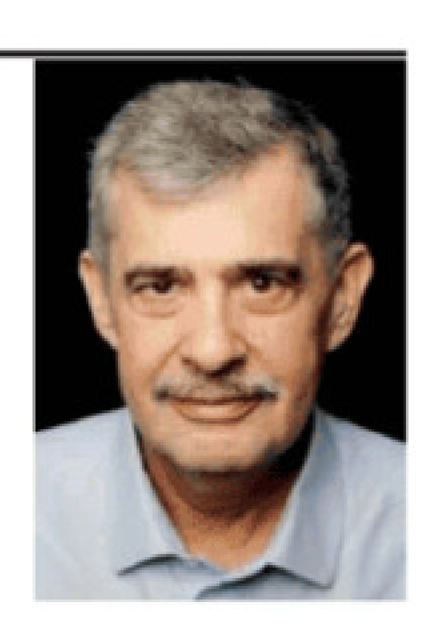
Fotografia: Max Cavallari/EPA

NÚMERO



A taxa de juro implícita no crédito à habitação caiu pelo 7.º mês seguido em agosto, para 4,417%. A parcela relativa aos juros representa 60% da prestação média.

EDITORIAL



CELSO FILIPE
Diretor adjunto
cfilipe@negocios.pt

O diabo está nos jovens

No plano conceptual, o IRS Jovem é um benefício fiscal cujo objetivo é aumentar o rendimento disponível dos jovens no início da vida ativa. A medida, que o Governo da AD pretende colocar no Orçamento do Estado para o próximo ano, é contestada pelo PS. O Executivo já disse que está disponível para aprimorar a proposta, mas também já avisou que não vai deixar cair a medida. O PS, por seu turno, só admite viabilizar o OE se Luís Montenegro abandonar a proposta do IRS Jovem.

Analisando a redução de taxas de IRS para jovens até aos 35 anos, na proposta de novo IRS Jovem já enviada pelo Governo ao Parlamento, o Conselho de Finanças Públicas, liderado por Nazaré Costa Cabral, avisa que a sua adoção deverá atirar as contas públicas novamente para o défice dentro de dois anos.

Esta sexta-feira, em entrevista ao Negócios, Luís Cabral, nomeado diretor académico do novo instituto dedicado às políticas públicas da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, sustenta que a introdução do IRS Jovem é "uma gota de água" se o objetivo for o de reter talento em Portugal.

O IRS Jovem vai permitir perceber quem tem mais medo de eleições antecipadas.

No meio de tudo isto, fontes de Belém garantiram esta quinta-feira ao Correio da Manhã que Marcelo Rebelo de Sousa dissolverá a Assembleia da República se o OE for chumbado, circunstância que coloca uma pressão adicional sobre a AD e o PS.

Dois elementos vão agora ter de ser sopesados por Luís Montenegro no que se refere ao IRS Jovem. Um de natureza financeira, avançado por Nazaré Costa Cabral, outro relativo ao sucesso da própria medida, apontado por Luís Cabral. Vale a pena o Governo insistir politicamente numa medida que irá afetar as contas públicas e terá um efeito incipiente juntos dos jovens? O primeiro sinal, dado pelo ministro da Presidência, António Leitão Amaro, é o de que o Governo vai insistir na medida, dado que considera ser possível um equilíbrio orçamental sem asfixiar as contas públicas.

Nesta negociação do OE já se percebeu que o diabo está nos jovens. E é também por aqui que se perceberá quem tem mais medo de eleições antecipadas, a AD ou o PS. ■

IRS Jovem tira margem para negociar OE e descer IRC

Simulações do CFP indicam que medida pode inviabilizar promessa de corte fiscal para empresas, com impacto em 2026. Contas já estarão em défice com descida de taxas para jovens.

MARIA CAETANO
mariacaetano@negocios.pt
SUSANA PAULA
susanapaula@negocios.pt

A medida do IRS Jovem é uma das principais bandeiras do programa do Governo, mas ameaça inviabilizar o cumprimento de outra promessa, a descida faseada da taxa de IRC, assim como retirar qualquer espaço de negociação com a oposição de novas medidas com impacto orçamental para 2025. É o que mostram novas projeções do Conselho das Finanças Públicas (CFP), dadas a conhecer nesta quinta-feira.

Apesar de o IRS Jovem ser ainda uma proposta que terá de passar no Parlamento e de o CFP apresentar as suas previsões económicas e orçamentais em políticas invariantes – isto é, sem medidas por legislar ou cujo impacto não possa ainda ser especificado –, o organismo decidiu simular o efeito que a medida poderá ter no saldo dos próximo anos com base numa previsão de descida de receita em mil milhões de euros, feita pelo Governo.

Não o fez relativamente à descida de IRC, por não dispor de dados, mas avança desde já que a redução das taxas de IRS para jovens até 35 anos, tal como é até aqui proposta pelo Executivo de Luís Montenegro, conduzirá a degradação significativa das contas públicas, atirando o país de novo para uma situação de défice em 2026.

Nas simulações, o IRS Jovem do Governo rouba, a cada ano, três décimas ao saldo orçamental. Em 2025, ainda será possível manter um excedente de 0,1% do PIB, num cenário sem novas medidas com impacto nesse ano para além do alívio destinado aos jovens e daquelas que foram já aprovadas pelo Parlamento, como o fim de portagens em várias ex-Scut. Mas, já no ano seguinte, as contas públicas entram em desequilíbrio, com um défice de 0,2% do PIB.

O ano de 2026 enfrenta já a pressão orçamental da componente de empréstimos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com um impacto negativo no saldo de 0,8 pontos percentuais do PIB nesse ano e deixando uma margem mínima até à perda de equilíbrio (excedente de 0,1% do PIB). Mas essa margem é eliminada pelo efeito IRS Jovem naquele que será também o ano de impacto previsível na receita fiscal de um primeiro corte em IRC, para uma taxa de 19%. Entrando em vigor em 2025, a descida da receita sentir-se-ia no ano seguinte, com a liquidação, e o impacto seria, segundo o Governo, de 500 milhões de euros (cerca de 0,2% do PIB). Ou seja, o défice acabaria por rondar os 0,4% do PIB dentro de dois anos.

Sem margem para negociar

Já para 2025, a perspetiva de um excedente ainda de 0,1% do PIB com IRS Jovem deixa a oposição de mãos praticamente atadas se a ideia é manter o equilíbrio das contas públicas ou ir ao encontro da meta orçamental do Governo. Este excedente previsível, nos cálculos do CFP, contrasta com as previsões do Ministério das Finanças, que com base nas mesmas medidas do organismo independente, está neste momento a fixar a objetivo de um excedente de 0,2% do PIB no próximo ano.

Nas negociações, o PS tem continuado a afastar o modelo de IRS Jovem tal como está – assim como as descidas de taxas de IRC – mas o PSD veio ontem ainda reforçar que o Governo não pretende abdicar das taxas diferenciadas para jovens e defender que, nas contas do ministro Joaquim Miranda Sarmento, não está em causa a existência de um excedente em 2026, segundo defendeu o líder parlamentar do partido, Hugo Soares. Já Leitão Amaro, ministro da Presidência, argumentou que sem o efeito do PRR no saldo haveria excedente mesmo com IRS Jovem, e defendeu que a medida continua a ser prioridade do Executivo.

A presidente do CFP, Nazaré Costa Cabral, deixou ontem por seu turno um apelo à "responsabilidade e quantificação dos impactos das medidas propostas, para que o país no médio prazo es-

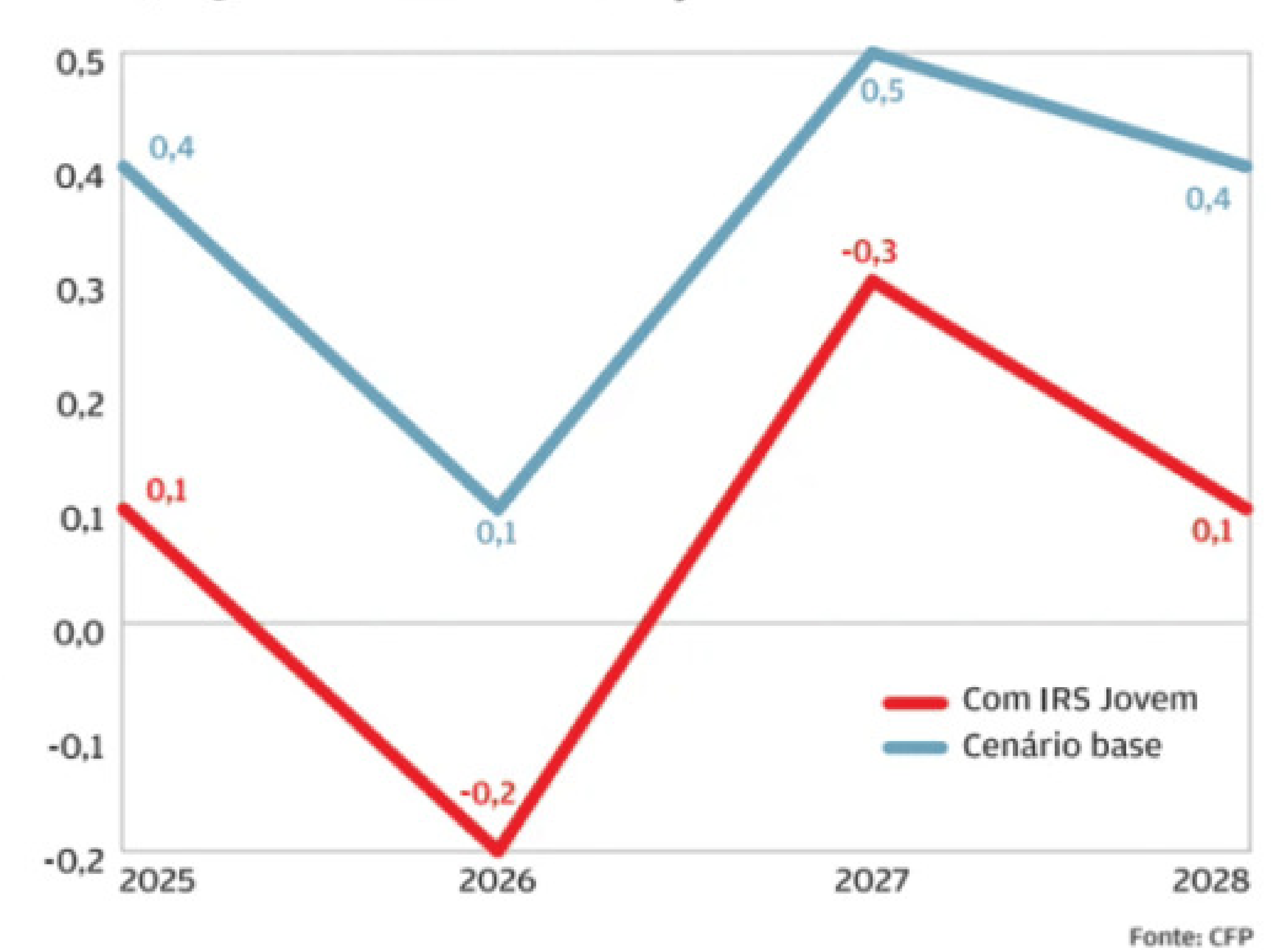


Apesar do alerta do CFP, o Governo diz que mantém a proposta de IRS Jovem c

REGRESSO AO DÉFICE EM 2026

Projeções de saldo orçamental no cenário base e com impacto do IRS Jovem, em percentagem do PIB

Com um impacto anual estimado em mil milhões de euros pelo Governo, a proposta de IRS Jovem, se aprovada, vai retirar três décimas ao saldo a cada ano. A degradação orçamental resultará em 2026 num défice de 0,2% do PIB, segundo o Conselho das Finanças Públicas.



Fonte: CFP

José Sena Goulão/Lusa



;omo prioridade e desvaloriza cenário de défice.

CFP defende reforço no investimento, que cai a pique após PRR

Quebra súbita do investimento deverá pôr PIB a crescer ao nível mais baixo do pós-pandemia. CFP defende reforço, mesmo que descida da dívida abrande.

O fim da execução dos fundos da chamada bazuca europeia, previsto para o fim de 2026, vai provocar uma travagem súbita no investimento e na atividade económica, com o Conselho das Finanças Públicas (CFP) a prever para 2027 o ritmo de crescimento mais baixo do PIB em todo o pós-pandemia e a defender que o Governo deve reforçar o investimento público com fundos nacionais a partir dessa data.

Na atualização de Perspetivas Económicas e Orçamentais para 2024-2028, publicada ontem, o organismo liderado por Nazaré Costa Cabral deixa a advertência: o fim do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) levará, em três anos, a uma queda de 2,4% na formação bruta de capital fixo. Em resultado, e para esse ano, está previsto que a economia não cresça mais de 1,6%, no ritmo mais baixo desde 2020.

Mas o problema não é apenas o curto prazo: "Embora em 2028 se perspetive alguma recuperação, a taxa de investimento total voltará a um nível relativamente baixo". Além da travagem imediata no PIB, no longo prazo "abrandará o ritmo de investimento que é necessário para implementar com sucesso a transição energética na economia portuguesa e para enfrentar os desafios colocados pelas alterações climáticas e demográficas e pela transição digital".

O cenário não é inevitável. O CFP lembra que há opções políticas a fazer, sobretudo perante o espaço aberto pelas perspetivas de redução sustentada da dívida para os próximos anos (diminui até 2028 para 78,3% do PIB nas projeções em políticas invariantes agora apresentadas).

Mas, se e o Governo tem defendido até aqui as reduções fiscais como forma de acelerar o crescimento, o CFP tem outra receita para um melhor desempenho do PIB. Defende que "é possível manter e mesmo reforçar o investimento público produtivo e com financiamento nacional (como alternativa às preferências estritas por despesas públicas correntes permanentes), mesmo que isso implique, num primeiro momento, abrandar a trajetória descendente do rácio da dívida para aumentar o investimento público".

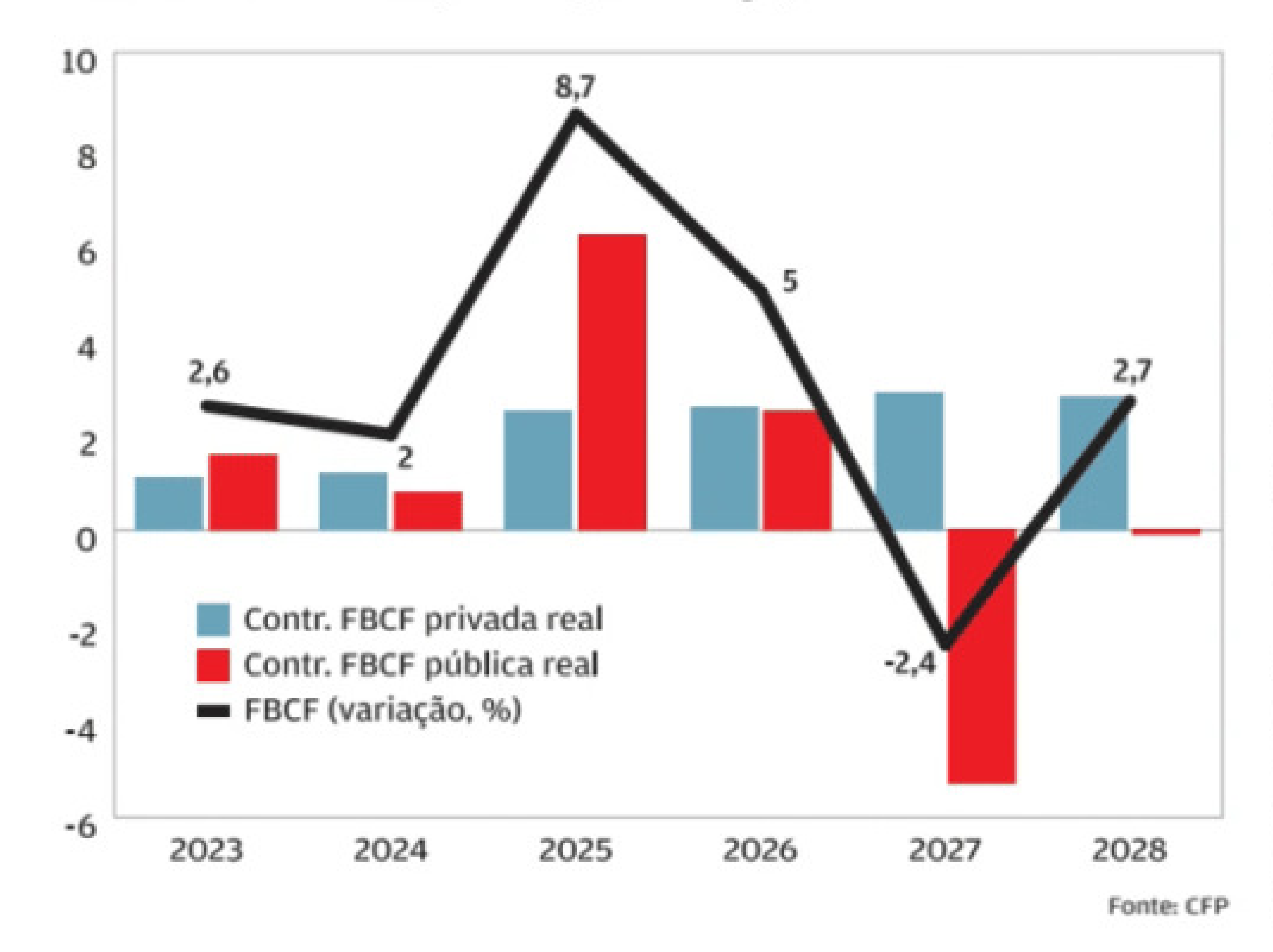
Afinal, diz, "um investimento público bem pensado e bem estruturado pode também ter um efeito virtuoso sobre a dívida, na medida em que contribui para o crescimento económico de longo prazo". ■

MC/SP

INVESTIMENTO AFUNDA EM 2027

Variação da formação bruta de capital e fixo e contributos públicos e privado, em percentagem

O fim da execução dos fundos do PRR vai fazer com que o investimento quebre 2,4% em três anos. O CFP argumenta que o Governo deve reforçar o investimento público a partir dessa data, para suavizar o impacto imediato no PIB e as consequências para o longo prazo.



Fonte: CFP

teja em condições de fazer opções de política económica".

A ausência de dados de impacto para algumas medidas salariais do Governo e para o chamado Programa de Emergência e Transformação na Saúde é um dos riscos assinalados nas perspetivas apresentadas agora pelo CFP, que pediu sem sucesso mais informação ao Ministério das Finanças e admite poder estar a subestimar a evolução da despesa. Há ainda um cenário macroeconómico incerto, dependente de algumas melhorias na procura externa e, sobretudo, da disponibilidade das famílias para consumirem mais do que estão a consumir neste momento.

Além disso, os orçamentos dos próximos anos terão ainda que acomodar obras públicas importantes, como o novo aeroporto de Lisboa, a alta velocidade e o Hospital Oriental de Lisboa, "que também trazem incertezas", lembra o CFP. ■

1,6%

PIB

Em 2027, o fim do PRR deverá provocar travagem a fundo na economia, com o menor crescimento em sete anos.

20,8

DÍVIDA

Face ao final de 2023, e em cinco anos, o CFP vê o rácio da dívida pública a cair 20,8 pontos percentuais do PIB.

PRIMEIRA LINHA **PERSPETIVAS PARA O OE 2025**

"Mão" do Parlamento mantém PIB a crescer acima da Zona Euro

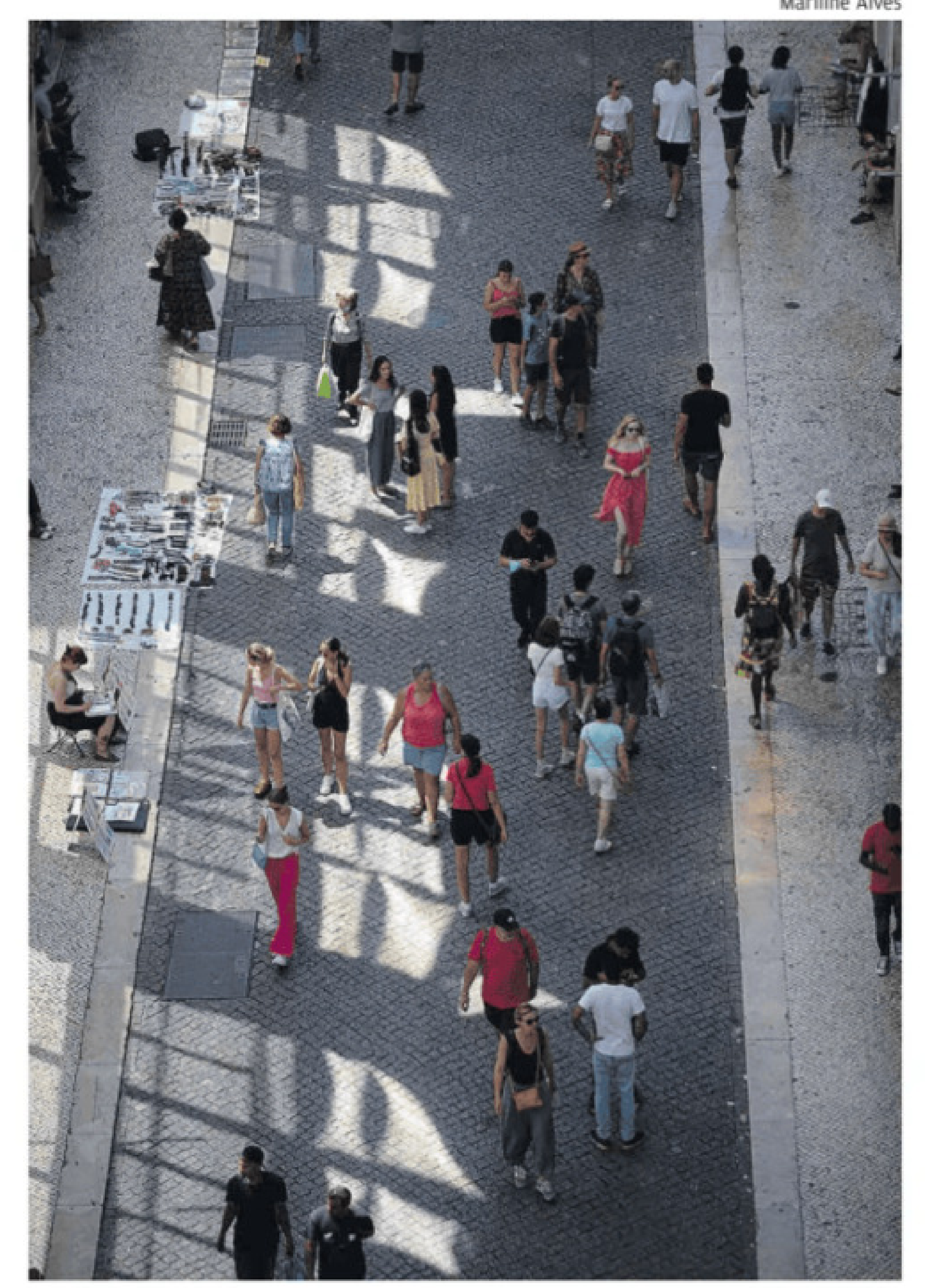
Descida do IRS aprovada no Parlamento e outras medidas do Governo vão dar força ao consumo das famílias e, assim, pôr a economia a crescer mais do que o previsto neste ano. Já a Zona Euro enfrenta revisões em baixa. Estimativas são do CFP.

SUSANA PAULA
susanapaula@negocios.pt
MARIA CAETANO
mariacaetano@negocios.pt

Quando há cada vez mais dúvidas da capacidade de recuperação da Zona Euro, o consumo das famílias, sobretudo à boleia das medidas do Parlamento, deve pôr o PIB português a crescer acima da média. Essa é, para já, a estimativa do Conselho das Finanças Públicas (CFP). Na atualização das perspetivas económicas e orçamentais 2024-2028, que apresentou ontem, a entidade reviu em alta a previsão de crescimento da economia portuguesa para 1,8% este ano e para 2,4% em 2025.

A melhoria das estimativas, em 0,2 e 0,5 pontos percentuais, respetivamente, acontece numa altura em que na Zona Euro o posicionamento é o oposto. O Banco Central Europeu (BCE), nas projeções deste mês, reviu em baixa a sua previsão de crescimento da economia dos países da moeda única até 2026.

A revisão foi ligeira, de 0,1 pontos em cada um dos anos, mas mostra que há dúvidas sobre a recuperação da Zona Euro. As projeções põem agora a economia da moeda única a aumentar 0,8% este ano, 1,3% no próximo e 1,5% em 2026. Em causa está o facto de o consumo não estar a crescer tanto quanto o previsto (praticamente estagnou no segundo trimestre), apesar das subidas mais acentuadas do rendimento disponível das famílias e do alívio da inflação. Por isso, o BCE espera que a economia cresça mais à boleia das exportações líquidas, do que da procura interna (com o consumo privado a crescer 0,8% e o investimento a recuar 0,5% no conjunto do ano).



Mariline Alves

Economia cresce à boleia das medidas que aumentam rendimento.

Consumo explica crescimento este ano

Em Portugal deverá acontecer o contrário. Na expectativa do CFP, o crescimento de 1,8% deverá ser totalmente explicado pela procura interna (que, além do consumo privado, inclui o público), já que a procura externa líquida dever ficar inalterada.

A entidade liderada por Nazaré Costa Cabral vê o consumo privado a crescer 1,8% este ano, com o rendimento disponível das famílias (em termos nominais, ou seja, sem descontar o efeito da inflação) a crescer 10,4%. Este crescimento, justifica o CFP, deve-se a "medidas de política recentemente adotadas" e que "terão um impacto relevante no crescimento do consumo privado no final de 2024 e em 2025", representando cerca de 1% do PIB do segundo semestre do ano.

Para este ano, as medidas que aumentam o rendimento das famílias e que podem alavancar o consumo no segundo semestre são o bónus das pensões, aprovado pelo Governo e com um impacto orçamental de 422 milhões de euros, e a redução do IRS, decidida no Parlamento à revelia do Executivo, com uma redução de 615 milhões de euros de receita em retenção na fonte,

Para o próximo ano, as medidas aprovadas pelo Parlamento (num total de 740 milhões de euros) têm maior expressão orçamental do que as do Governo (rondam os 512 milhões de euros).

Ora, para o próximo ano, o CFP aponta para um crescimento de 2,4%, com a procura interna a contribuir para 3,5 pontos percentuais do crescimento (enquanto a procura externa líquida será negativa, em um ponto percentual). Na Zona Euro, o BCE também põe a procura interna a puxar pela economia, contribuindo para o crescimento em 1,2 pontos percentuais. O consumo privado aumenta 1,4%.

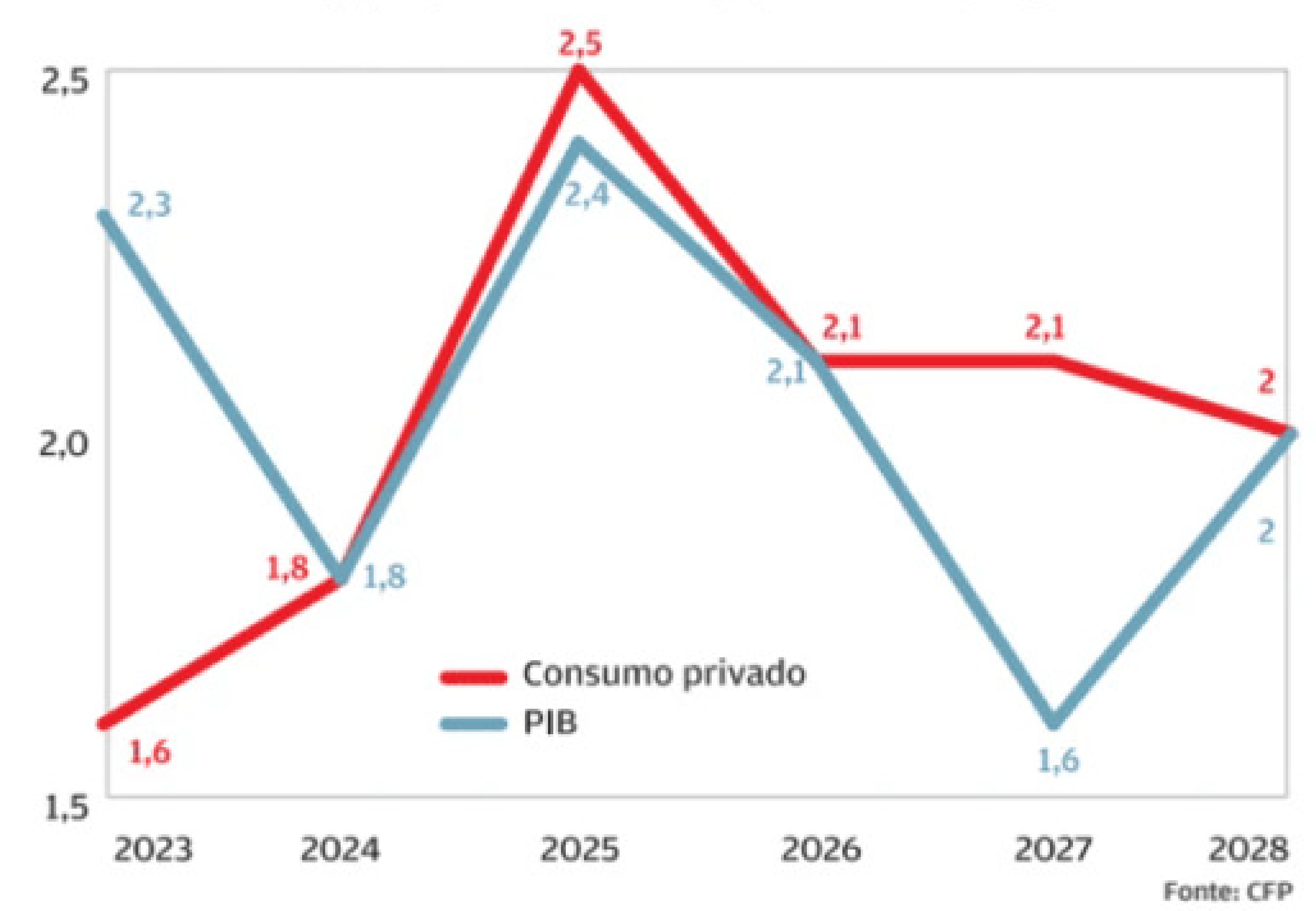
Mas o CFP justifica o crescimento em 2025 não só com o consumo das famílias. Há também uma expectativa de aceleração de investimento público, "impulsionada por uma maior execução dos fundos associados ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em 2025 e 2026. Para 2024, a execução do consumo público deve ser inferior à definida no OE.

Por fim, as perspetivas do CFP assentam numa redução das taxas de juro diretoras do BCE, associada à convergência da inflação para o objetivo de política monetária, bem como a um elevado dinamismo das exportações. A entidade diz que as projeções estão rodeadas de incerteza (tensões geopolíticas), mas admite que o consumo pode surpreender pela positiva. Além de o contexto levar a uma "maior propensão ao consumo", o CFP admite que poderá haver outras medidas de política fiscal "com impacto positivo sobre o rendimento" que ainda não estão a ser consideradas. ■

CONSUMO PRIVADO SOBE MAIS DO QUE O PIB

Variações anuais do PIB e do consumo privado (%)

Segundo as estimativas do Conselho das Finanças Públicas, entre 2024 e 2028 o consumo privado cresce em linha ou acima do PIB, contribuindo assim significativamente para o andamento da economia. Em 2024, cresce ao mesmo ritmo (1,8%) em 2025 acima (2,5% contra 2,4%).



Fonte: CFP

CONTAS CORRENTES

A novela do Orçamento tem todas as semanas novos capítulos, e Belém já admite novas eleições em caso de chumbo. Mas é muito barulho para pouca substância. Na prática pouco mudará verdadeiramente, porque é preciso alimentar uma pesada máquina do Estado com custos crescentes e de uma forma ou outra estamos condenados a uma brutal carga de impostos.

ARMANDO ESTEVES PEREIRA

A miragem de um bom orçamento



Nas Conversas na Redação do Jornal de Negócios, o economista Vítor Bento disse que as negociações políticas sobre o orçamento são complicadas e pode "acabar por sair um orçamento mau". Mas ao contrário do padre Américo que dizia que "não há maus rapazes", qualquer analista que acompanhe a realidade portuguesa sabe que os Orçamento do Estado português tendem a ser maus por natureza, porque há uma quantidade de despesa pública inútil que continua a ser suportada. E os governos pouco têm feito para melhorar a produtividade da máquina do Estado e não pensam na qualidade do retorno dos serviços prestados aos cidadãos.

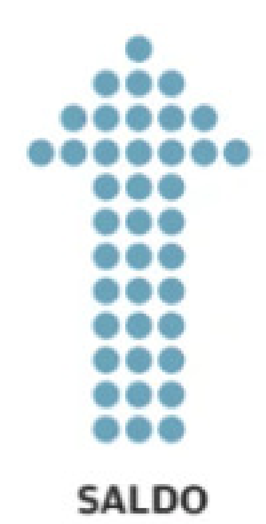
António Cotrim/Lusa



Na mesa das negociações há temas importantes como o IRS Jovem ou a descida do IRC, que importam a muita gente e podem fazer diferença na bolsa dos visados, mas a margem de mudança é muito curta. Além de compromissos anteriores, o atual Governo deu benesses a muitas corporações do Estado que terão impacto no orçamento do Estado de 2025 e nos restantes. Aliás, este Governo está a seguir a velha tradição política portuguesa de agradar a grandes faixas do eleitorado com oferta de aumentos de rendimento e quando há grandes problemas tende a prometer mais dinheiro para esses problemas, sem cuidar se no presente e no futuro haverá sustentabilidade financeira.

Pode baixar o IRS em alguns tostões, mas sobem os impostos indiretos.

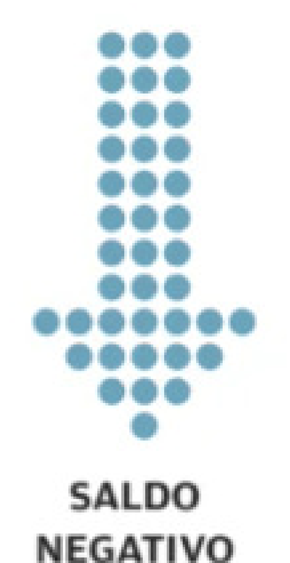
Como se sabe não há almoços grátis e alguém tem de pagar a conta, por isso as promessas de baixas de carga fiscal num cenário de anemia económica não passam de promessas vãs. Pode baixar o IRS em alguns tostões, mas sobem os impostos indiretos como agora está a acontecer de forma indecorosa com o agravamento da taxa de carbono, que é anestesiada pelo mercado, porque o gasóleo e a gasolina deviam descer, mas por causa dessa taxa, isso não acontece, mas como não há subida do preço final, os automobilistas pagam e não protestam. ■



SALDO POSITIVO

CONSTRUÇÃO EM ALTA

A produção na construção recuou 2,2% na Zona Euro e 2,4% na União Europeia (UE) em julho, face ao mesmo mês de 2023, mas Portugal parece estar em contraciclo, ao registar a terceira maior subida (1,7%), diz o Eurostat. As necessidades de habitação e os investimentos já avançados devem continuar a animar o setor nos próximos tempos. ■



SALDO NEGATIVO

MENOS ATRATIVO PARA INVESTIR

Sem investimento o potencial da economia portuguesa não melhora. E há sinais de alerta. Portugal perdeu um lugar no "ranking" europeu de atratividade de investimento direto estrangeiro, ocupando agora o 7.º lugar, de acordo com o EY Attractiveness Survey. Portugal foi ultrapassado pela Polónia, que conquistou um maior investimento por parte dos Estados Unidos da América. ■

Algo completamente diferente



O país que arde impunemente

Já é uma triste tradição neste país, que abandonou grande parte do seu território do Interior, termos notícias de grandes incêndios. Este ano as chuvas de julho adiaram a tragédia e voltamos a um cenário parecido com a calamidade de 2017. Voltaram as vitimas mortais e a incapacidade do Estado responder aos seus cidadãos. E desta vez os fogos cercaram áreas urbanos com alguma densidade populacional, como Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga ou Oliveira de Azeméis. A falta de ordenamento do território e o abandono do interior ao seu definhamento ajudam a pressão que as alterações climáticas já incentivam. ■

MODERADO RADICAL

A minha filha ainda não tem professores a três disciplinas e na mesma escola há cinco turmas do 6.º ano sem Português. A crise dos alunos sem aulas mostra o peso escasso dos pais, a incompetência da política e o custo de oportunidade das más medidas.

BRUNO FARIA LOPES

O Estado gasta 123 mil milhões e há 100 mil alunos sem aulas

O ano escolar começou há uma semana e a minha filha mais velha, que está no 5.º ano, não tem professores a três disciplinas: história/geografia, inglês e cidadania. Nos momentos em que a minha indignação sobre o tema se dilui em autocomiseração irónica penso que podia ser pior: na mesma escola pública, no centro de Lisboa, há cinco turmas do 6.º ano sem professor de português. Fraca consolação. A minha filha e estes alunos são parte dos mais de 44 mil só em Lisboa sem professores a todas as disciplinas – no país são mais de 100 mil.

Participar numa reunião de pais de uma turma sem professores no início do ano é penoso. Os pais perguntam se há alguma perspetiva sobre o tempo da contratação: um simples "quando é que o meu filho vai ter professores?". Uma mulher pergunta se há a possibilidade de ter algum tipo de aulas de compensação já, o que mostra mais angústia real com a situação do que atenção ao facto de não haver professor para dar aulas. Apertada entre a falta de professores e as perguntas dos pais, a diretora remete para os "procedimentos" em curso, larga um "vamos acreditar que vai correr bem".

Os "procedimentos" e os tempos da organização escolar são atrozes. A dias do ano letivo começar ainda se está a contar quantos professores faltam – as aulas já estão a correr e as escolas, na sua limitada autonomia, andam a tentar contratar para os horários por atribuir. As contratações seguem um sistema arcaico. Os professores inscrevem-se numa plataforma, são seriados e depois contactados por ordem descendente pelas escolas. Uma professora jovem conta-me que têm um dia para decidir. Ela aceitou o convite da primeira escola da região de Lisboa que lhe ligou, mas depois disso foi contactada por mais quatro, em dois casos por mero email.

> A dias do ano letivo começar ainda se está a contar quantos professores faltam.

Os pais não têm vontade para se constituírem como um lóbi a favor dos seus filhos, o que não significa que não reajam a nível individual. A escola onde as nossas filhas estudam está num meio social urbano, instruído e maioritariamente desafogado. No ano passado houve pais que se organizaram para pagarem a um explicador comum em disciplinas mais importantes sem professor ou que financiaram um explicador particular. Outros transferiram os filhos para o ensino privado (onde a falta de professores começa também a ser notada). Nada disto é o objetivo desejado para a escola pública.

A Administração Pública gastará este ano mais de 123 mil milhões de euros, mas não consegue providenciar professores, auxiliares e vigilantes suficientes para as escolas. É um fracasso monumental que mostra o que acontece quando não há capacidade política para gerir riscos futuros conhecidos – a vaga de jubilações – nem há a mínima reflexão sobre o impacto cruzado entre políticas públicas (na imigração, na habitação, no turismo, na educação).

A crise revela, também, o baixo peso político e mediático dos pais e dos alunos. Este contrasta com o dos professores e ajuda a perceber a inação do PS nos últimos anos. A crise mostra, ainda, o custo de oportunidade enorme de outras decisões: o erário público que não gasta para ter pessoal suficiente para ensinar crianças e adolescentes é o mesmo que torra 3,5 mil milhões de euros em nacionalizações questionáveis e 422 milhões num bónus eleitoral para os pensionistas.

Fernando Alexandre deu um primeiro passo político importante quando não se escondeu e pôs o tema no centro: esta é obviamente uma crise na Educação. O ministro ganhou o espaço orçamental que o seu antecessor socialista não teve para atrair professores de fora das cidades mais caras, vincular os colocados no concurso extraordinário, descongelar o tempo de serviço e melhorar a carreira (será "a" batalha negocial que se segue). O problema também é de gestão – a organização do ano letivo tem de começar mais cedo –, mas sem dinheiro não há solução. De caminho, o ministro ganhou margem com os sindicatos, cujo foco está mais nos seus associados do que nos alunos.

Haverá resultados? A maior parte das medidas tenta induzir uma resposta na oferta de professores e a dimensão dessa resposta, que o ministério não controla, é incerta. Se não chegarem, outras terão de entrar na equação – esta é, afinal, uma crise. Enquanto durar haverá milhares de alunos sem aulas. Alguém na academia deveria estimar quanto é que essas aprendizagens perdidas custarão às crianças, e ao país, no futuro. ■

GettyImages



Coluna semanal à sexta-feira

LUÍS CABRAL DIRETOR DO NOVA SBE PUBLIC POLICY INSTITUTE

"O IRS Jovem é uma gota no oceano"

Diretor do novo instituto de políticas públicas da Nova SBE, lançado hoje, recusa "pensos rápidos" para os problemas do país. Sobre a fuga de cérebros diz que o IRS Jovem não basta e que é preciso criar melhores empregos e salários.

SUSANA PAULA
susanapaula@negocios.pt
VÍTOR MOTA
Fotografia

Luís Cabral vai dirigir o novo instituto de políticas públicas da Nova SBE. Recusa apresentar soluções únicas para os problemas do país. e diz que a fuga de cérebros é também um problema de produtividade . Não basta mexer no IRS para fazer com que os portugueses qualificados voltem, afirma.

Quais vão ser as grandes prioridades do novo Instituto de Políticas Públicas da Nova SBE?

Será um instituto dedicado à investigação, mas que tenha impacto real, que consiga mexer na agulha das políticas económicas. Às vezes cria-se uma torre de marfim na academia, há ideias importantes e interessantes que são desenvolvidas na academia, que poderiam e deveriam ser utilizadas nas políticas atuais dos governos locais e nacionais e até a nível internacional.

Como vão fazer a ponte com os decisores?

Nós já começámos vários contactos com várias organizações, várias autoridades, e temos recebido uma resposta muito positiva. E eu penso que este é um dos tipos de situações 'win-win', em que ambas as partes têm a ganhar. A academia tem muito a ganhar com o contacto.

Quais serão as prioridades de estudo?

Há temas que eu gostaria de abordar, como a habitação, que é um problema importante em todo o mundo e, claro, em Portugal. A imigração, a fiscalidade, a produtividade... que é um dos grandes dilemas da economia portuguesa. Nós tivemos um choque de capital humano brutal. Temos uma das populações mais habilitadas, com uma educação muito boa, temos um setor de terciário muito forte. Numa geração, o número de pessoas que estão na universidade aumentou 4 ou 5 vezes. Nunca na história houve um país com um choque de capital humano a este nível e, no entanto, continuamos com níveis de produtividade muito baixos. Outra forma de olhar para este problema é a fuga de cérebros muito grande. Isto é, em boa parte, um problema de produtividade. Não há empregos compatíveis com o nível de habilitações do capital humano português.

O Instituto é lançado agora em vésperas de entrega do Orçamento do Estado. Que análise faz das duas medidas-bandeira para o próximo ano, a redução do IRC e o IRS Jovem?

Estas medidas têm de ser vistas em conjunto. Em relação aos jovens, é importante criarmos condições para que, no médio e no longo prazo, eles tenham a possibilidade e queiram trabalhar em Portugal. Eu penso que o querer existe. Acho que uma das grandes vantagens de Portugal em relação a outros países que também sofrem de fuga de cérebros é que as pessoas, em princípio, querem ficar em ou voltar para Portugal. Não o fazem, muitas vezes, porque as diferenças nas condições são muito grandes.

Não chega?

Não é simplesmente uma questão do IRS. É uma questão também de como é que eu consigo criar condições para que haja empresas que criem trabalhos com níveis de produtividade maiores. Não é só uma questão fiscal, é uma questão que tem a ver com a legislação. Parte dos entraves para a criação de empregos é laboral.

A questão da fiscalidade é um dos pontos em cima da mesa, mas não é o único para a retenção de cérebros?

Nem é o principal, em certo sentido. Quer dizer, é evidente que ter um IRS mais baixo ajuda, mas é um bocadinho uma gota no oceano destas comparações. Quer dizer, temos de pensar de uma forma mais estrutural.

O que pesa mais, então?

As possibilidades de emprego.

Os salários também.

Sim, o tipo de oferta que eu recebo em Portugal tem diferenças significativas face ao exterior. Por outro lado, também precisamos de desdramatizar a situação.

Porquê?

Portugal tem esta grande vantagem, que é ser um país muito apetecível. A saída de cérebros foi investimento perdido. Mas temos de trabalhar para o recuperar. Não é só dizer "temos ótimas praias, voltem". ■

> **"Não é só sobre IRS. É como criar condições para que as empresas criem trabalhos com maiores níveis de produtividade."**

> **"Precisamos desdramatizar" a fuga de cérebros do país.**

PSD e PS deviam fazer "pacto de regime" sobre habitação

Uma das prioridades do novo instituto da Nova SBE será o estudo da habitação. Luís Cabral diz que além da falta de oferta há também falta de regulação e "instabilidade legislativa". E pede um pacto de regime a PSD e PS.

Que diagnóstico faz da habitação em Portugal?

É um problema que eu gostaria de atacar. É um problema que não tem uma resposta rápida e é muito complicado de resolver.

Porquê?

É um problema de procura, é um problema de regulação de mercado, é um problema de oferta. As pessoas têm-se esquecido do problema da falta de oferta, que, na minha opinião, é o problema número um. Neste momento, a taxa de



PERFIL

Um economista entre os EUA e Carcavelos

Luís Cabral nasceu em Lisboa há 63 anos, mas há mais de 30 que o seu percurso académico e profissional está entre Portugal e os Estados Unidos. Doutorado em Economia em 1989 por Stanford, na Califórnia (Estados Unidos), ensina e investiga na área da concorrência. É professor na NYU (Nova Iorque) desde 2000 e é conhecido pela sua investigação na área da organização industrial, tendo sido presidente da Associação Europeia de Investigação de Economia industrial entre 2009 e 2011 e membro do grupo de Conselheiros Económicos do Presidente da Comissão Europeia. "Acredita numa sociedade solidária e na economia de mercado – e defende que não existe conflito lógico ou moral entre os dois", lê-se na biografia que preparou para o Expresso, onde tem publicado artigos de opinião. Vai agora dirigir o Nova SBE Public Policy Institute, em Carcavelos, onde mais do que respostas rápidas, quer pensar e discutir os problemas com a sociedade civil e de forma estrutural (e estruturada).

construção está a níveis, talvez, dos anos 40 do século passado.

O Governo anunciou a construção de 59 mil casas a preços acessíveis. Chega?

Não sei, gostaria de dar uma resposta mais fundamentada.

E em relação à procura?

Comparado com a falta de oferta, na minha opinião, acho que é um problema menor. A resposta não deve ser fechar a porta à imigração porque há imenso valor que se pode criar com a atração de estrangeiros, quer sejam reformados, quer sejam nómadas digitais. Agora, temos de fazer isso em condições que beneficiem todos. Neste momento, acho que eles estão a receber um tratamento superbarato.

Pelo custo de vida ou pelos benefícios fiscais para a alguns estrangeiros?

Não, o custo de habitação. O custo de vida também, mas o custo de habitação em primeiro lugar. Mas voltando à reforma fiscal, acho que o IMI é uma parte importante [neste tema]. Nós poderíamos e deveríamos, sem ir contra o Tratado da União Europeia e outras questões, cobrar mais. As pessoas querem viver em Portugal, deveriam também pagar por isso. Mas as pessoas não conseguem arrendar não é por causa dos americanos que vieram para cá, é porque o mercado de arrendamento é um desastre.

Quer elaborar?

Há muitas casas que não estão a ser utilizadas. Há desajuste entre o número de pessoas que vive na casa e o número de assoalhadas. E não se consegue arrendar porque não há construção. Nós não podemos simplesmente avançar para a solução mais populista, mais simples que é 'a partir de agora não há Airbnb para mais ninguém'.

As medidas do lado do arrendamento parecem estar também muito focadas em incentivos fiscais.

Esse é o caminho do penso rápido. A fiscalidade é um penso rápido. O problema do penso rápido é que não tem penso, não pensa – passo o trocadilho. E, portanto, eu não quero estar a dizer se este penso rápido é bom ou não.

Mas que não chega.

Acho que um dos grandes problemas que este mercado tem tido é a instabilidade legal. Um Governo vem e muda isto, depois outro Governo muda e muda isto. Um senhorio tem uma grande relutância em oferecer contratos de arrendamento porque não sabe o que vai acontecer. É um caso típico de Portugal como um país de politiquice em vez de políticas públicas. Porquê? As diferenças entre o PS e o PSD, na minha opinião, não são assim tão grandes. Vamos fazer um pacto de regime nesta área e definir que nos próximos 20 anos não se mexe na legislação.

As condições políticas atuais facilitam ou dificultam?

Os governos minoritários têm uma vantagem: estão obrigados ao diálogo. ■

"Um dos grandes problemas deste mercado [de habitação] é a instabilidade legislativa."

"Os governos minoritários têm uma vantagem: estão obrigados a negociar."

João Cortesão



Paulo Rangel, que tutela os Negócios Estrangeiros, decidiu "reavaliar as necessidades do posto" em Israel.

DIPLOMACIA

Paulo Rangel quer "outro perfil" para embaixador em Israel

Luís Barros, que estava há menos de dois anos no cargo, foi substituído por Helena Paiva, diplomata que, entre outras funções, foi diretora-adjunta do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED).

DIANA DO MAR
dianamar@negocios.pt

O embaixador de Portugal em Telavive, Luís Barros, foi exonerado do cargo, que exercia há menos de dois anos, depois de o Governo ter entendido ser preciso um diplomata com "outro perfil" em Israel e de escolher Helena Paiva para o substituir.

O afastamento de Luís Barros foi tornado público na quarta-feira com a publicação, em Diário da República, do decreto do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que informa de que foi exonerado, sob proposta do Governo, do cargo para o qual tinha sido nomeado em janeiro de 2023 pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros, João Gomes Cravinho.

Contactado pelo Negócios, dado que o curto período no exercício das funções não correspondia ao da normal rotação, o gabinete do ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, afirmou que "o momento atual do relacionamento bilateral com Israel e a conjuntura geopolítica regional e mundial levaram a que fosse feita uma reavaliação das necessidades do posto e, em função disso, à escolha de um embaixador com outro perfil".

A escolha para suceder a Luís Barros, que antes de ser o principal representante diplomático em Israel foi embaixador em Abuja (Nigéria), recaiu sobre Helena Paiva, segundo o decreto do Presidente da República, publicado no mesmo dia, que foi exonerada do cargo de embaixadora de Portugal em Atenas (Grécia) ainda sob proposta do anterior Governo, no início de março, mas com efeitos a 16 de junho, que ocupava há quatros anos. Antes tinha sido embaixadora de Portugal na Cidade da Praia (Cabo Verde), de 2016 a 2020, e em Windhoek (Namíbia), de 2014 a 2016.

Helena Paiva, de 57 anos, diplomata de carreira, foi diretora-adjunta do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) entre julho de 2008 e julho de 2010, altura em que deixou o cargo, pelo qual recebeu, aliás, um louvor, para exercer outras funções públicas de relevância no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Licenciada em Direito, foi aprovada no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada, aberto em 30 de agosto de 1991, tendo exercido uma série de funções diplomáticas, integrando, por exemplo, a missão permanente de Portugal junto das Nações Unidas (em Nova Iorque) como primeira-secretária (de agosto de 2000 a agosto de 2004). Entre as missões especiais de curta duração destaca-se a de observadora eleitoral pela União Europeia às primeiras eleições legislativas na Palestina em serviço na região de Hebron (1995-1996). ■

ORÇAMENTO DO ESTADO

Governo e PS ainda sem encontro marcado para negociar OE

As negociações para o Orçamento entre o Governo e o PS continuam em banho-maria. Governo diz que continua à espera.

"Não há desenvolvimentos" nas negociações para o Orçamento do Estado para 2025 e "continuamos à espera das propostas, das sugestões do PS", afirmou esta quinta-feira o ministro da Presidência.

António Leitão Amaro, que falava na conferência de imprensa que se seguiu à reunião do Conselho de Ministros, sublinhou que "o grande suspense vem da parte do PS, que ninguém sabe o que pretende para o Orçamento" e reforçou a mensagem de "disponibilidade" por parte do Governo" para, dentro de um "caminho de equilíbrio orçamental virtuoso", conseguir "procurar aproximações", estando mesmo "disponível para ajustar as suas próprias medidas".



O grande suspense vem da parte do PS, que ninguém sabe o que pretende para o Orçamento do Estado.

ANTÓNIO LEITÃO AMARO
Ministro da Presidência

Questionado sobre se havia algum encontro marcado, o ministro garantiu que "o PS não está à espera de nada do Governo". "Nós fizemos os contactos todos que podíamos fazer, para marcar duas rondas de reuniões que já aconteceram e vários contactos posteriores para mais reuniões e encontros de diverso tipo", acrescentou, sublinhando que deram "toda a informação solicitada".

"Estamos focados em dar ao país um Orçamento", referiu também.

Pouco antes das declarações do ministro, António Mendonça Mendes, deputado socialista, tinha afirmado, em declarações aos jornalistas no Parlamento, que "o processo orçamental é liderado pelo Governo e compete ao Governo dar os esclarecimentos em público sobre as reuniões que marca ou que não marca".

No dia em que foram conhecidas as projeções económicas e orçamentais para o médio prazo do Conselho de Finanças Públicas, que conclui que a redução de taxas de IRS para jovens até aos 35 anos, na proposta de novo IRS Jovem já enviada pelo Governo ao Parlamento, deverá atirar as contas públicas novamente para o défice dentro de dois anos, António Leitão Amaro voltou a afirmar que a proposta do Governo para o IRS Jovem, já entregue na Assembleia da República é "uma prioridade".

O ministro quis ainda voltar a afastar cenários de novas eleições. Comentando a notícia desta quinta-feira no Correio da Manha, segundo a qual Marcelo Rebelo de Sousa pretenderá avançar com eleições caso o Orçamento do Estado não seja assinado, o ministro insistiu que o foco do Governo é ter um Orçamento.

"Nós estamos focados em dar ao país um Orçamento, com aquela condição de um equilíbrio orçamental e estamos disponíveis incluindo para as nossas medidas serem discutidas e negociadas".

"Digam-nos o que querem e o que pensam, porque nós estamos à espera e continuamos à espera", rematou. ■

FILOMENA LANÇA

IMPOSTOS

Salários pagos este mês sem nova retenção do IRS fazem acerto nos meses seguintes

Finanças esclarecem que o acerto do IRS decorrente das novas tabelas, que retroagem a janeiro, deverá ser feito nos meses seguintes se não por possível acomodar todo o valor logo na retenção na fonte de setembro.

As entidades empregadoras, públicas e privadas, que não consigam refletir nos salários deste mês de setembro as novas tabelas de retenção na fonte do IRS, deverão proceder nos meses seguintes ao acerto do imposto até agora pago a mais .

"Quando, por qualquer motivo, não tiverem sido aplicadas as novas tabelas de retenção na fonte já no mês de setembro, os valores retidos a mais em setembro face ao que resultaria da aplicação das novas tabelas deverão ser deduzidos ao montante de IRS a reter no mês de outubro", refere, em resposta à Lusa, o Ministério das Finanças.

O Ministério liderado por Joaquim Miranda Sarmento acrescenta que, caso aquela regularização não possa ser efetuada "no seu todo ou em parte", em outubro, o acerto remanescente deve ser efetuado nos meses seguintes, até ao final do ano.

Os funcionários públicos, nomeadamente os ligados aos ministérios das Finanças, Defesa, Segurança Social, Cultura e Negócios Estrangeiros vão ser dos primeiros a sentir o impacto das novas tabelas de retenção do IRS publicadas no final de agosto e que foram concebidas de forma a acomodar as alterações ao imposto, aprovadas pelo parlamento.

Entre essas mudanças está uma redução das taxas que incidem sobre os primeiros seis escalões do imposto e também a atualização da dedução específica (que estava há vários anos "congelada" nos 4.104 euros) e do mínimo de existência.

Os funcionários públicos serão os primeiros a sentir o impacto das novas tabelas de retenção na fonte de IRS.

As novas tabelas contemplam dois modelos de taxas: um, com taxas mais reduzidas, para ser aplicado nos meses de setembro e outubro, e outro nos restantes meses do ano, com o primeiro a ser desenhado de forma a compensar os trabalhadores e pensionistas do imposto que retiveram a mais entre janeiro e agosto.

Desta compensação pode resultar que muitos trabalhadores e pensionistas não façam qualquer retenção na fonte este mês (e no próximo) ou que lhes seja retida uma quantia significativamente inferior ao que estão habituados.

De novembro em diante também haverá alguma diferença face aos valores retidos nos primeiros oito meses deste ano, mas será de menor alcance do que a deste mês e do próximo.

Ainda que as entidades que processam salários tenham tido quase um mês para adaptar os sistemas às novas tabelas, poderá haver casos em que esta adaptação não tenha sido feita a tempo do pagamento dos salários de setembro, tendo os acertos de ser feitos nos meses seguintes. ■ LUSA

EMPRESAS

CONCORRÊNCIA

Cartel ou conversas benévolas? Banca conhece hoje sentença

Estão em causa 250 milhões de euros em coimas, repartidas por mais de uma dezena de bancos. A sentença é conhecida após um parecer da justiça europeia que tinha sido pedido pelo Tribunal da Concorrência.

VÍTOR RODRIGUES OLIVEIRA vitoroliveira@negocios.pt

Em toda a história da concorrência em Portugal nunca se viu um caso assim: coimas recorde de 225 milhões de euros aplicadas a 14 visados – quase um setor inteiro. Será que houve um "cartel", como acusa o regulador? Ou a troca de informações entre os bancos ao longo de vários anos não tem qualquer importância porque não prejudicou o consumidor? A decisão é conhecida esta sexta-feira, ao início da tarde.

Depois de uma primeira deliberação do Tribunal da Concorrência, em 2022, que deu vários factos como provados, o processo foi suspenso e remetido para o Tribunal de Justiça da União Europeia com um pedido de parecer. A resposta chegou este verão, com o tribunal sedeado no Luxemburgo a considerar que a partilha de informações, nomeadamente de "spreads" dos empréstimos, pode constituir uma restrição da concorrência.

Dos 14 bancos em causa, 11 deles recorreram da decisão de 2022. Não estão aqui incluídos o Banif – o único que decidiu não recorrer, mas que, segundo o Expresso, ainda não pagou a coima de mil euros –, o Deutsche Bank, cuja coima de 350 mil euros prescreveu em 2020, antes do início do julgamento, e o Barclays, que desencadeou o processo através de um pedido de clemência.

Esta quarta-feira foi dia das últimas alegações antes da sentença. Os bancos que recorreram pediram a absolvição ou coimas simbólicas, segundo a agência Lusa, defendendo que não partilharam informações estratégicas nem violaram de nenhuma forma a lei da concorrência. Além disso, cinco dos 11 bancos acabaram por apresentar também esta quarta-feira requerimentos de prescrição, que foram admitidos pela juíza Mariana Machado, mas que os remeteu para fases posteriores, de eventuais recursos.

Em causa está a troca de informações comerciais, tanto por email como por telefone, ao longo de mais de uma década, entre 2002 e 2013, em que as instituições financeiras partilharam entre si informações consideradas como sensíveis – os departamentos de gestão de produto ou de marketing dos bancos revelavam os "spreads" (margem de lucro obtido com os empréstimos) aos concorrentes, bem como informação sobre volume de crédito concedido e variáveis de risco.

Dos 225 milhões de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência, mais de um terço diz respeito à CGD (82 milhões). Seguem-se o BCP (60 milhões), o Santander (35,65 milhões), o BPI (30 milhões), o Montepio (13 milhões, numa coima reduzida para metade por ter aderido ao pedido de clemência) e o BBVA (2,5 milhões). Abaixo de um milhão de euros foram visados o BES, o Banco BIC, o Deutsche Bank (prescrito), a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, a Union de Créditos Inmobiliarios e o Banif. ■

82 milhões CGD

60 milhões BCP

35,6 milhões Santander Totta

30 milhões BPI

13 milhões Montepio

2,5 milhões BBVA

BBVA

1.000

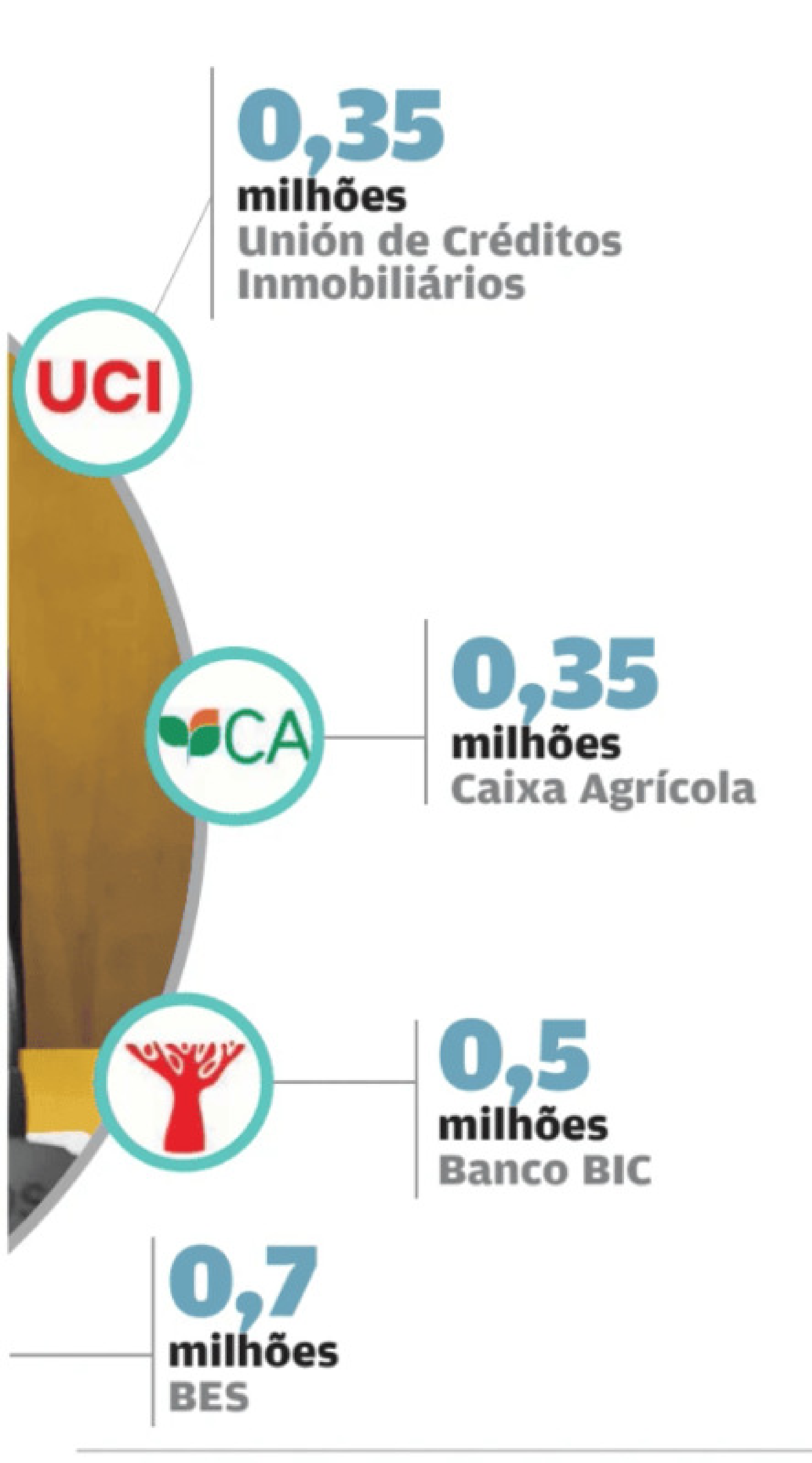
BANIF
O banco, que foi extinto em 2015, foi o único que decidiu não recorrer da coima da Concorrência, mas ainda não a pagou.

350

DEUTSCHE BANK
A sucursal do banco alemão foi alvo de coima de 350 mil euros, mas o processo prescreveu em 2020, antes do julgamento.

A ACUSAÇÃO

A Autoridade da Concorrência acusou, em 2019, 14 instituições financeiras de terem partilhado entre si informação que o regulador considera sensível, entre 2002 e 2013. Uma das questões problemáticas diz respeito aos "spreads" (a margem de lucro que os bancos obtêm com os empréstimos), em diferentes tipologias de crédito – habitação, empresas e consumo. Está também em causa a partilha de informação por parte dos departamentos de marketing ou de gestão de produto dos volumes de produção, bem como dados sobre a análise de risco. No total, estes bancos foram alvo de coimas na ordem dos 225 milhões de euros.





O esclarecimento por parte do Tribunal de Justiça [da UE] não altera a nossa convicção (...) Temos total convicção de que o BPI teve uma atuação correta em todo o período.

JOÃO PEDRO OLIVEIRA E COSTA
CEO do BPI

Não houve nenhuma acusação de cartel [por parte do Tribunal de Justiça da União Europeia].

MIGUEL MAYA
CEO do BCP

O juiz [do tribunal europeu] disse que não há cartel da banca (...) não há nenhum mercado tão competitivo na banca como o do crédito à habitação.

PAULO MACEDO
CEO da CGD

Banca pediu à última hora absolvições e prescrições

Cinco dos onze bancos que recorreram da decisão apresentaram agora pareceres a afirmar que os processos passaram da validade.

A pedido do Tribunal da Concorrência, o Tribunal de Justiça da União Europeia emitiu um parecer, a 29 de julho, em que considerou que a troca de informações por parte dos bancos "pode constituir uma restrição à concorrência". Esta quarta-feira, foi a vez de os bancos reagirem oficialmente, tendo pedido ao tribunal a absolvição e coimas simbólicas, bem como, em cinco dos casos, que o tribunal de Santarém considere a prescrição dos processos.

Todos os bancos, segundo a agência Lusa, alegaram que deveriam ser absolvidos ou, se não fosse esse o entendimento do tribunal, que fossem aplicadas coimas "meramente simbólicas" ou "admoestações".

A CGD, que é alvo da maior coima, entende que o parecer europeu até "traz elementos abonatórios" para a banca, dizendo que, ao contrário da Autoridade da Concorrência, o tribunal do Luxemburgo fez uma análise diferenciada sobre as trocas de informação, bem como o contexto económico e jurídico.

Já o BCP afirmou no tribunal que em mais de mil documentos citados só 18 se referem a "intenções futuras" e garantiu que da informação recebida e partilhada nenhuma permitia "prever com suficiente precisão o comportamento futuro dos concorrentes". "Não resulta do acórdão qualquer presunção de dano que os consumidores tenham sofrido, ou qualquer vantagem que o BCP tenha retirado desta conduta", disse o advogado do banco.

Prescrições? Fica para fase de recursos

CGD, BCP, Santander, BPI e BBVA pediram, segundo a Lusa, para que fossem admitidos pareceres sobre prescrições. Quem não gostou foi o Ministério Público, lamentando que o objetivo pareça ser "obstar a que Autoridade da Concorrência e o Ministério Público possam exercer o contraditório na sua plenitude".

Os pareceres acabariam por ser aceites, embora a juíza tenha decidido que ficam para eventuais recursos da sentença, altura em que haverá lugar ao contraditório.

"Não houve nenhuma acusação de cartel"

Pouco tempo depois de ter sido conhecido o parecer do tribunal europeu, os bancos, que apresentaram resultados em julho, reagiram então em uníssono. O esclarecimento "não altera a nossa convicção", afirmou João Pedro Oliveira e Costa, CEO do BPI. E Miguel Maya, do BCP, defendeu que "não houve nenhuma acusação de cartel", palavras muito semelhantes às que foram usadas por Paulo Macedo, CEO da CGD. ■ VRO

ENERGIA

Fundo Ambiental só pagou 5,7% dos apoios para janelas e painéis solares

Das cerca de 78 mil candidaturas entregues há quase um ano, apenas 4.454 foram pagas até agora, num valor de 7,7 milhões de euros. Um valor que não chega sequer a um terço do total de 30 milhões disponíveis para subsidiar as obras de eficiência energética levadas a cabo por milhares de famílias.

BÁRBARA SILVA
barbarasilva@negocios.pt

Mike Blake/Reuters



Até ao momento, os avaliadores dos pedidos de apoio ao PAE+S do Fundo Ambiental consideraram elegíveis quase 5.000 candidaturas.

No início de julho, a ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, foi ao Parlamento garantir que os subsídios em atraso do Programa de Apoio a Edifícios Mais Sustentáveis (PAE+S) – cujo aviso encerrou há quase um ano, a 31 de outubro de 2023, com cerca de 78 mil candidaturas entregues – deveriam estar "pagos até ao fim de setembro". Isto depois de a governante ter mandado criar em junho uma "task force" formada por quatro universidades portugueses (Minho, Aveiro, Coimbra e Nova de Lisboa) para avaliar as milhares de candidaturas acumuladas e à espera de uma resposta.

Chegados agora a meados de setembro, é possível constatar que será muito difícil cumprir as previsões da ministra. De acordo com o quadro em tempo real no site do Fundo Ambiental, esta quinta-feira, 19 de setembro, estavam em pagamento ou pagas apenas 4.454 candidaturas (5,6% do total), que equivalem a pouco mais de 7,7 milhões de euros. Ou seja, menos de um terço do valor de 30 milhões que inicialmente foram disponibilizados para este aviso.

No entanto, o envelope financeiro destinado pelo RePowerEU para uma nova edição do PAE+S em 2023 ascende a 100 milhões de euros, o que significa que o Governo poderá ter de recorrer aos 70 milhões remanescentes para garantir que paga todas as candidaturas que forem consideradas elegíveis no atual processo de avaliação. Se assim for, mais nenhum aviso poderá ser aberto e quem instalou painéis solares em casa, janelas mais eficientes, bombas de calor, e outras obras de eficiência energética depois de outubro de 2023 não terá direito a apoios.

Mesmo tendo apontado para o final de setembro, Maria da Graça Carvalho deixou uma ressalva e sublinhou que, no limite, "não deve ficar nada por pagar até ao final do ano". O mesmo quadro em tempo real dá conta neste momento de 12.173 candidaturas em preenchimento; 66.336 submetidas; 3.047 desistências; 366 candidaturas em análise financeira; 5.186 em análise técnica; 4.927 elegíveis; 1.203 não elegíveis ou anuladas. Números que terão de estar processados no espaço de pouco mais de três meses, segundo as previsões da ministra. A avaliação começou em junho, mês em que começaram também a ser pagos os primeiros beneficiários do programa, depois de 10 meses à espera de uma resposta e do respetivo pagamento.

Foi também na mesma altura que avançaram as transferências para os beneficiários do Programa Vale Eficiência II, no âmbito do qual cada família pode receber até 3.900 euros (três vales de 1.300 euros cada) para realizar obras com vista a combater a pobreza energética de famílias economicamente vulneráveis. Com uma dotação de 104 milhões de euros, este programa começou a receber candidaturas em novembro de 2023 e vai prolongar-se até 2025.

Ao mesmo tempo, está a ser desenvolvida com a ADENE uma nova metodologia que visa simplificar e acelerar o processo de avaliação e decisão sobre as candidaturas. O Governo prometeu também a criação de uma nova estrutura de gestão para o Fundo Ambiental. ■

104

VALE EFICIÊNCIA
Outro apoio do Fundo Ambiental é o Vale Eficiência, que tem uma dotação de 104 milhões até 2025. Cada família pode aceder a 3.900 euros.

Vítor Mota



Em 25 anos, foram transportados quase 500 milhões de pessoas.

FERROVIA

Fertagus renova concessão da Ponte 25 de Abril por seis anos

A empresa concessionária do serviço ferroviário da Ponte 25 de Abril pedia a prorrogação do contrato por 11 anos, de acordo com o Governo.

A Fertagus, do Grupo Barraqueiro, vai ter a concessão ferroviária da Ponte 25 de Abril prolongada por seis anos e seis meses, anunciou, esta quinta-feira, o ministro da Presidência, António Leitão Amaro, no "briefing" do Conselho de Ministros.

O contrato da Fertagus, que detém a concessão desde 1998, termina a 30 de setembro, mas vai voltar a ser prolongado, embora por "seis anos e cerca de seis meses", ao contrário dos 11 anos pedidos pela empresa, referiu o mesmo responsável.

A prorrogação do contrato de concessão da exploração do serviço de transporte ferroviário suburbano no eixo ferroviário norte-sul até 31 de março de 2031 – explicou Leitão Amaro – resulta do Acordo de Reposição do Equilíbrio Financeiro (REF), do anterior Governo, que impõe que esta reposição apenas possa ser realizada por meio de prorrogação temporal da concessão.

A Fertagus, empresa concessionária do serviço ferroviário entre as estações de Roma-Areeiro (Lisboa) e Setúbal (54 quilómetros), transportou, no ano passado, cerca de 27 milhões de passageiros.

Em 25 anos de operação, o serviço ferroviário da Ponte 25 de Abril transportou 498 milhões de passageiros, o equivalente à população da UE e percorreu cerca de 51 milhões de quilómetros, o correspondente a 1.273 voltas ao planeta Terra, segundo a empresa, que estima ter retirado cerca de 80 milhões de carros da Ponte 25 de Abril. DM

1998

CONCESSÃO
A empresa detida pelo Grupo Barraqueiro tem a concessão ferroviária da Ponte 25 de Abril há quase três décadas, desde 1998.

6

PROLONGAMENTO
A Fertagus pedia 11 anos adicionais de concessão, mas o Governo de Luís Montenegro decidiu prolongar por seis anos e seis meses.

BREVES

BANCA

SINDICATOS DA UGT ACUSAM BCP DE MÁ-FÉ

Os sindicatos bancários afetos à UGT acusaram esta quinta-feira o BCP de agir de má-fé na negociação para revisão dos salários e pediu a intervenção do Ministério do Trabalho para obrigar o banco a negociar. Em comunicado, Mais Sindicato, SBN e SBC disseram que "o comportamento do BCP no processo de revisão salarial para 2024 tem sido absolutamente inaceitável" e que age "entre mentiras e má-fé". Os três sindicatos dizem que "enquanto na reunião de conciliação com os Sindicatos da UGT [o BCP] alega só poder apresentar nova proposta salarial no final de setembro", ao mesmo tempo, acordou "aumento com outro sindicato". Na quarta-feira foi conhecido que o Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários e o BCP acordaram aumentos salariais de 3%, com efeitos retroativos a 1 de janeiro. Para os sindicatos afetos à UGT, o BCP devia ter outro comportamento depois de, no passado recente, os trabalhadores terem sido compreensivos quando o banco passou por momentos críticos, "por más decisões da administração".

TELECOMUNICAÇÕES

ERC DÁ LUZ VERDE À COMPRA DA NOWO

A compra da Nowo pela Digi deu mais um passo. A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) emitiu um parecer de não oposição à compra de 100% da operadora por 150 milhões de euros. "O Conselho Regulador concluiu que a operação de concentração projetada não coloca em causa os valores da liberdade de expressão, do pluralismo e da diversidade de opiniões, a par da livre difusão de, e acesso a, conteúdos, cuja tutela incumbe à ERC acautelar", lê-se no comunicado emitido pelo regulador. Com este parecer, emitido a pedido da Autoridade da Concorrência, a compra da Nowo pela romena Digi fica mais perto de ficar concluída. O OK final depende ainda, contudo, do regulador da Concorrência. Mas tendo em conta as conclusões da operação de tentativa de compra da Nowo pela Vodafone, não deverá levantar entraves. No início de julho, o regulador liderado por Nuno Cunha Rodrigues chumbou a operação de venda à Vodafone por considerar que poderia criar entraves "significativos" à concorrência em algumas zonas, levando ao aumento de preços.

FUTEBOL

SPORTING PRETENDE RECOMPRAR ALVALÁXIA

O Sporting quer lançar o concurso para a remodelação do Estádio José Alvalade e recomprar o Alvaláxia, onde quer construir um novo museu, de acordo com o plano estratégico para 2024-34, apresentado esta quinta-feira. "Nos próximos 10 anos, queremos abrir concurso para remodelação do estádio. Vamos abrir o concurso, assumimos este compromisso. Para ter um novo estádio, de referência internacional", disse o vice-presidente do clube, André Bernardo. Numa apresentação do plano estratégico aos funcionários dos 'leões', o dirigente revelou ainda que há um "principio de acordo para a compra do Alvaláxia", espaço comercial junto ao estádio, alienado em 2007, durante a presidência de Filipe Soares Franco. André Bernardo adiantou ainda que o novo museu será no Alvaláxia e "à altura da história" do clube. O Sporting quer, em 10 anos, crescer o dobro em termos de receitas operacionais e chegar aos 170,2 milhões de euros daqui a 10 anos, abrindo a entrada minoritária no capital social da SAD de um parceiro estratégico.

CARLOS MOTA DOS SANTOS CEO DA MOTA-ENGIL

Sem talento local, empresas não ficam muito tempo num país

Em África e na América Latina, "temos diversificado ou expandido muito a nossa atividade para clientes privados, trabalhamos para grandes clientes, sobretudo grandes operadores mineiros com o risco creditício muito baixo", afirmou Carlos Mota dos Santos.

FILIPE S. FERNANDES

"Os maiores desafios da internacionalização têm sempre a ver com pessoas ou com a falta delas. Aprendemos ser impossível uma permanência de longa duração no mercado se não tivermos talento local", revelou Carlos Mota dos Santos, presidente e CEO da Mota-Engil, em entrevista ao programa Europa Sem Fronteiras, do canal Now, conduzido pela apresentadora Marta Dhanis e o economista e antigo presidente da AICEP, Miguel Frasquilho.

O Grupo Mota-Engil é uma "empresa de base portuguesa, com 54 mil colaboradores, sendo o maior empregador de portugueses fora de Portugal com cerca de 1.700 pessoas", afirma Carlos Mota dos Santos. Mas em todos os mercados "temos uma taxa de talento local crescente. Na América Latina, quase 100% são locais a todos os níveis, em África temos taxas acima dos 85%". Estes números resultam da aposta, nos últimos 20 anos, na formação dos recursos locais desde os níveis operacionais até aos de gestão. A mobilidade interna deixou de ser de Portugal para fora e hoje é "uma mobilidade de recursos entre os diversos mercados".

Esta abordagem aos mercados tem como objetivo gerar valor local, tanto através da criação de emprego qualificado, como de relações com fornecedores, subempreiteiros e agentes económicos locais, além das parcerias locais. É o que nestes mercados "nos diferencia de muitas empresas internacionais ou estrangeiras que têm uma abordagem um pouco distinta", considera Carlos Mota dos Santos.



D.R.

O CEO da Mota-Engil, Carlos Mota dos Santos, foi o primeiro convidado do programa.

Os quatro critérios

O Grupo Mota-Engil está em 21 países, repartidos por três áreas geográficas, Europa, África e América Latina, mas "o mercado de cada país tem as suas particularidades, mas aprendemos que há quatro critérios essenciais para ter sucesso na internacionalização. O primeiro é a capacidade de inovação e criatividade, ter capacidade de saber como entrar naquele mercado. O segundo, resiliência. O terceiro, sendo porventura o mais importante, é a capacidade de execução, ter um "track record" e depois provar que temos capacidade de execução. O quarto é robustez de balanço e instrumentos de liquidez e financiamento da atividade", afirmou Carlos Mota dos Santos.

Uma das ideias mais repetidas por Carlos Mota dos Santos é que "tivemos vários desafios bem-sucedidos, outros sem sucesso, mas estes talvez sejam os mais importantes porque nos têm permitido aperfeiçoar o que é o nosso modelo de internacionalização, que não é uma cartilha única".

Considera que na América Latina há "um mar de oportunidades", sobretudo na área das infraestruturas de mobilidade, de infraestruturas energéticas, devido às tendências como a transição energética e a reindustrialização de polos económicos, e até na área logística na qual a Mota-Engil se está a dotar de valências "mediante parcerias e de pequenas aquisições".

Mais privados, menos Estado

Salienta que em África há muito para fazer, "é incontornável a di-



D.R.

Marta Dhanis e Miguel Frasquilho conduziram a entrevista.

O NOVO PROGRAMA

"Economia Sem Fronteiras" é o novo programa do Negócios no canal Now, na posição 9 das operadoras de televisão, que estreia no próximo sábado, 21 de setembro. É conduzido pelo economista e antigo presidente da AICEP Miguel Frasquilho e pela apresentadora Marta Dhanis. Traz experiências de internacionalização contadas na primeira pessoa pelos protagonistas, presidentes de empresas, investidores e embaixadores.

namização das infraestruturas, desde o saneamento básico, abastecimento de água, escolas, hospitais. Há um sem fim de oportunidades para uma empresa com as características da Mota Engil, que está presente no mercado e que tem a capacidade instalada localmente com colaboradores locais". Carlos Mota dos Santos salientou que os principais mercados, definidos no plano estratégico até 2026, são Portugal, Nigéria, Angola, Moçambique, México, Brasil e Peru.

Em África e na América Latina, "temos diversificado ou expandido muito a nossa atividade para clientes privados, trabalhamos para grandes clientes, sobretudo grandes operadores mineiros com o risco creditício muito baixo", afirmou Carlos Mota dos Santos.

Mas tem outros exemplos, como a construção o novo aeroporto Internacional de Luanda para a Qatar Airways, os projetos com a Total Energie em Moçambique e no Uganda. Salientou que cada vez mais são um "solution provider" de financiamentos como acontece no México, cuja atividade é à base de concessões que depois vendem quando entram em operação. No Brasil trabalham "exclusivamente para o setor privado" na mineração, "oil and gas", tendo como principal cliente a Petrobras, e para as grandes concessionárias rodoviárias, tal como no Peru, onde fizeram o Porto de Callo para a Dubai Ports.



O grupo Mota-Engil é empresa de base portuguesa, com 54 mil colaboradores, sendo o maior empregador de portugueses fora de Portugal .

CARLOS MOTA DOS SANTOS
CEO da Mota-Engil

O sobressalto na bolsa, aliança estável

A Mota-Engil perdeu mais de 50% do seu valor bolsista em 2024, mas para Carlos Mota dos Santos a empresa vale muito mais, como mostram os "resultados semestrais robustos".

A Mota-Engil chegou a valer em Bolsa no primeiro trimestre mais de 1.782 milhões de euros, "hoje valemos 780 milhões de euros, mas a cotação da ação não traduz minimamente o que é o valor real da empresa, que está acima dos mil milhões de euros", referiu Carlos Mota dos Santos, de 46 anos, um dos líderes empresariais mais jovens em Portugal. Está desde janeiro de 2023 como presidente e o CEO da Mota-Engil. Engenheiro civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e com um MBA pela Universidade do Porto, representa a terceira geração da família Mota, onde está desde 2006.

Este "tsunami" bolsista resulta da correção de mercado, depois das cotações recordes os investidores aproveitaram para fazer mais-valias, e terem sido "alvo de 'short selling' de fundos", disse Carlos Mota dos Santos. Na sua opinião, "esta queda não tem nenhum fundamento, mas, agora, a única coisa que podemos fazer é continuar a trabalhar, como mostram os resultados robustos que apresentamos no primeiro semestre e os resultados ainda melhores que vamos apresentar no final do ano".

Aliança luso-chinesa

É um pequeno sobressalto numa história com quase oito décadas, numa empresa que conta com um bloco acionista que controla 72,51%, repartido pela família Mota, com 40,10%, e a CCCC (China Communications Construction Company), com 32,41%. Esta aliança chegou graças à crescente presença internacional da Mota-Engil, que a fez ficar no radar de empresas internacionais. Ao mesmo tempo, a empresa portuguesa sentia que, na área das infraestruturas, é importante ter um balanço robusto e capacidade de financiamento. Seria a única forma de ter melhores condições de crescer e de se alavancar para projetos de maior dimensão, mais diferenciados e com maior rentabilidade, "e assim atingir o verdadeiro desígnio do grupo, que é aumentar a sua rentabilidade nos próximos anos", explica Carlos Mota dos Santos.

Tiveram diversas abordagens de grupos internacionais, mas começaram por namorar a CCCC (China Communications Construction Company) através de um acordo de cooperação estratégica em 2019, focado em alguns projetos, como o "sucesso comercial, que foi o Tren Maya que liga Chiapas a Yucatan no México". Para Carlos Mota dos Santos, "a partir deste conhecimento mútuo e mais profundo", em 2020, a CCCC tornou-se acionista da Mota-Engil.

Salienta que, para além de ser um acionista da Mota Engil, há uma cooperação global em três dimensões com a CCCC. Além da comercial, existe a operacional, com acesso, entre outras vantagens ao maior mercado de "procurement" maior do mundo de materiais e equipamentos com soluções de financiamento acopladas, que é a China. "Depois, a dimensão financeira que permite encontrar mais soluções de financiamento globais, a qual é muito importante na nossa estratégia de mitigação de risco, nomeadamente nos mercados africanos", concluiu Carlos Mota dos Santos.

FSF

Breve história de uma multinacional portuguesa

A fusão da Mota e da Engil "deu dimensão e capacidade para o desafio da internacionalização e sem esta fusão não estaríamos onde estamos hoje", refere Carlos Mota dos Santos.

A Mota-Engil é hoje a quinta construtora da América Latina, nona em África e décima quinta no top europeu e 56.ª posição a nível mundial. A sua história começa em 1946 quando Manuel António Mota funda a Mota & Companhia em Amarante, mas as suas atividades iniciam-se em Cabinda e depois expandem-se para o resto de Angola, onde trabalhou exclusivamente até 1975.

"Nesta altura, com o processo de independência de Angola deu-se a quebra do mercado de infraestruturas e a empresa, como tinha uma capacidade instalada em termos de pessoas e de equipamento, foi trabalhar para os mercados de proximidade de geográfica como Namíbia, Gabão, Moçambique, Malawi", relembra Carlos Mota dos Santos, neto do fundador.

Em 1976 iniciou a sua atividade em Portugal, começou a crescer através da adjudicação de diversos projetos de relevância, como a obra de regularização do Baixo Mondego. Mas o perfil africano e internacional manteve-se, e, ao longo dos anos, a Mota-Engil entrou noutros mercados africanos e procurou novas oportunidades de diversificação em áreas como as concessões de infraestruturas e dos resíduos sólidos urbanos, recolha e tratamento. Mas também nas áreas logística e de abastecimento de água doméstica, através da Indáqua, que "alienamos com grandes mais-valias", relembra Carlos Mota dos Santos.

Operador de infraestruturas

Esta abertura do leque fez a Mota-Engil passar de empresa construtura a operadora de infraestruturas. Esta estratégia ficou e "ainda hoje é a nossa filosofia. Temos uma abordagem holística às infraestruturas, onde temos competências e capacidades em todo o ciclo da infraestrutura, desde o financiamento, o projeto, a engenharia e construção, a operação e manutenção", explicou Carlos Mota dos Santos.

Em 1987, a empresa entrou para a Bolsa, o que permitiu a alavancagem financeira para expandir para novos negócios e novas geografias, mas também tornou a "empresa familiar mais profissional".

Mais tarde, em 1989, com a queda do muro de Berlim e abertura a Leste da Europa, a Mota-Engil entrou nos mercados da Europa Central, como a Polónia, a Hungria, a República Checa. Anos mais tarde, chegou à América Latina, onde hoje tem alguns dos seus principais mercados do grupo.

Em 2000 deu-se o processo de fusão, em 2000, entre a Mota & Companhia e a Engil, que eram a segunda e a terceira maiores empresas em Portugal, que deu origem à Mota-Engil. "Deu-lhe dimensão e capacidade para o desafio da internacionalização e sem esta fusão não estaríamos onde estamos hoje", refere Carlos Mota dos Santos. Lembra que foi um caso único em Portugal no setor das infraestruturas, enquanto, no mesmo período em Espanha, criaram-se empresas que hoje são globais através do processo de fusões.

FSF



Programa Economia Sem Fronteiras. Ao sábado, às 10h05, no Now. Conteúdos podem ser consultados em Economia Sem Fronteiras, no site do Negócios

Lipor inova com plataforma inteligente de resíduos

O reconhecimento obtido pela plataforma Wayste com o Prémio Nacional de Inovação despertou o interesse de vários municípios, em Portugal e no estrangeiro, que manifestaram intenção de adotar a solução desenvolvida pela Lipor para otimizar a recolha e monitorização de resíduos.

SUSANA MARVÃO

Transformar a gestão dos resíduos através de tecnologia avançada e análise de dados em tempo real é o grande propósito da plataforma Wayste, desenvolvida pela Lipor – Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto. Esta solução foi a vencedora do Prémio Nacional de Inovação na categoria Setor Público. Tudo começou quando a Lipor e os municípios associados efetuaram um levantamento sobre a robustez do seu sistema de informação e a fiabilidade dos dados que estavam a produzir. Esse estudo permitiu reconhecer uma série de melhorias a aplicar internamente, não só na gestão da informação de backoffice, como também na produção da informação no terreno, junto das equipas.

"Com este processo, identificou-se a necessidade de criar um sistema informático intermunicipal para efetuar a gestão de resíduos de forma automatizada, uma vez que as soluções apresentadas no mercado não respondiam às necessidades elencadas pela organização e municípios associados", explicou ao Negócios José Manuel Ribeiro, presidente do Conselho de Administração da Lipor.

Para dar resposta a esta necessidade, foi criada a plataforma Wayste, que integra tecnologia RFID, um modelo de dados robusto e escalável e uma aplicação móvel, otimizando todo o processo de recolha e monitorização de resíduos, promovendo maior eficiência operacional, sustentabilidade ambiental e consciencialização dos cidadãos.

A iniciativa caracteriza-se por uma abordagem que integra um fluxo de informação em constante crescimento, apoiando o modelo de monitorização da gestão de resíduos nos municípios associados. Segundo a empresa, a operacionalização da Wayste foi possível através do desenvolvimento de um modelo de informação escalável e robusto, que permite a recolha de dados essenciais sobre as operações de recolha, assegurando a rastreabilidade dos resíduos e suportando a implementação do projeto PAYT (Pay-As-You-Throw).

"Não é possível gerir o que não se consegue medir. A digitalização e automatização de processos com o Wayste têm permitido aos municípios associados e à Lipor otimizar as suas operações e acelerar processos que anteriormente consumiam muito tempo dos técnicos. Além de ser possível tirar melhor rendimento dos circuitos, definir os Planos Estratégicos e novos projetos com base em dados fidedignos e responder de forma célere e criteriosa aos municípios, a utilização do Wayste tem permitido responder às entidades nacionais e financiadoras com um índice de confiança que anteriormente não existia", detalhou José Manuel Ribeiro.

Gestão eficiente e detalhada

A plataforma utiliza tecnologia RFID de Ultra Frequência, que exige a instalação de um TAG RFID em todos os contentores, permitindo uma gestão que a empresa define como eficiente e detalhada. Além disso, foi desenvolvida uma aplicação móvel para Android que tem por objetivo facilitar operações como o registo de clientes e a georreferenciação de equipamentos. A solução possibilita ainda obter informações detalhadas sobre o ciclo de vida dos resíduos, desde a sua geração até à entrada na Lipor, promovendo uma comunicação e processamento de dados em tempo real.



Não é possível gerir o que não se consegue medir. A digitalização e automatização de processos com o Wayste tem permitido aos municípios associados e a Lipor otimizar a sua operação e acelerar processos que anteriormente retiravam muito tempo aos técnicos.



JOSÉ MANUEL RIBEIRO
presidente do Conselho de Administração da Lipor.

Sobre os principais desafios que a plataforma ajuda a superar na gestão de resíduos urbanos, José Manuel Ribeiro explica que existe, a nível nacional, e existia na Lipor antes do Wayste, um défice no rigor e disponibilização dos dados. "O Wayste surge para preencher essa lacuna e, mais do que fornecer dados, pretende fornecer informação para que os atores do setor possam tomar decisões de forma mais célere e suportadas em evidências para que os resultados da Lipor e, por consequência, do país sejam melhorados". Para isso, o modelo de dados criado foi desenhado para que qualquer entidade que gere resíduos em Portugal consiga utilizar a plataforma com o mínimo de customização.

"Foram identificados os sistemas de recolha existentes, fluxos a recolher, indicadores que são, por norma analisados e a alarmística que deverá ser gerada para cada evento e o rendimento atual tem sido bastante satisfatório tendo já absorvido inúmeras novidades no setor sem colocar em causa a orgânica do sistema. A realidade dos municípios da Lipor é bastante distinta e, muitas vezes, a realidade é diferente dentro do próprio município e em nenhum momento isso colocou em causa a utilização da plataforma", ressalvou José Manuel Ribeiro. "A flexibilidade da plataforma, mas também da aplicação móvel com todas as suas funcionalidades permitem garantir que todos os circuitos são monitorizados independentemente da sua proveniência".

Reconhecimento com duplo impacto

O presidente do Conselho de Administração admite que o reconhecimento que veio com a conquista do Prémio Nacional de Inovação, com toda a sua relevância e exposição, teve um duplo impacto. Primeiro, de reputação, "sedimentando uma vez mais a Lipor como uma organização inovadora e na linha da frente na gestão de resíduos em Portugal". Em segundo, serviu para comprovar que "a aposta ousada e trabalhosa que a Lipor fez há uns anos foi a mais correta servindo de ânimo extra para a equipa de trabalho continuar no caminho da inovação".

José Manuel Ribeiro avançou que "desde o reconhecimento com o Prémio Nacional de Inovação, houve vários contactos para a adoção da plataforma por outras entidades, tanto a nível nacional como internacional. A Lipor espera fechar algumas parcerias brevemente."

Os desafios da implementação

A implementação da solução nos municípios trouxe associados alguns reptos, até porque, explicou o executivo, a Lipor, enquanto associação de municípios, convive com oito realidades que nem sempre são similares. "Nesse sentido, o maior desafio foi integrar todas as particularidades dos municípios associados numa plataforma que corresse de forma orgânica não só para os referidos Municípios, mas que respondesse também a eventuais necessidades de outras entidades".

Outro grande desafio identificado por José Manuel Ribeiro foi desenhar os sistemas móveis de forma que permitissem capturar toda a informação relevante do circuito de recolha, sem condicio-


Fotografias:DR


Existem diversos módulos novos a serem implementados entre os quais, os de disponibilização automática dos relatórios a efetuar junto de entidades como APA e ERSAR.



A plataforma utiliza tecnologia RFID de Ultra Frequência, que exige a instalação de um TAG RFID em todos os contentores, permitindo uma gestão que a empresa define como eficiente e detalhada.

nar em demasia a operação das equipas de recolha. "Os municípios da Lipor já tinham um alto grau de maturidade na sensibilidade da importância dos dados e isso, juntamente com a disponibilidade apresentada, foi um vetor que facilitou a implementação do projeto em larga escala".

A receção da plataforma pelos funcionários municipais e operadores de recolha tem sido, nas palavras do presidente do Conselho de Administração, "um processo". "As equipas de recolha são normalmente constituídas por elementos que não estão familiarizados com estes conceitos e que, portanto, poderão ter a resistência inicial à mudança", começou por explicar. "Com o devido acompanhamento no terreno, várias sessões de formação e com a constatação de que a utilização deste sistema lhes traz vantagens porque torna-se percetível, por exemplo, que os alertas são respondidos com outra celeridade, as equipas acabam por adotar bem o sistema e ir dando feedback de melhorias que consideram importantes". Para José Manuel Ribeiro, a chave da aceitação está, na realidade, mais relacionada com o acompanhamento próximo e a prova de que o que as equipas registam tem significado e é usado pelo município.

Principais funcionalidades inovadoras da aplicação móvel

Sem entrar em grandes detalhes, a principal funcionalidade do Wayste é o seu módulo de estatística altamente desenvolvido e que fornece ao utilizador uma visão bastante detalhada da operação, desde uma visão macro até ao detalhe do rendimento do ponto de recolha. Tudo isto é acompanhado de um sistema de mapeamento que permite identificar, de forma simples, os padrões de participação de clientes. Tudo isto permite alimentar as equipas de sensibilização com informação direcionada para que a sua atuação seja mais proveitosa o que, em última instância, "melhorará o desempenho do município", explica José Manuel Ribeiro.

Internamente, existe também um grande cuidado com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e muitas das funcionalidades implementadas vêm no sentido de reforçar a segurança dos dados e privacidade dos utilizadores.

> **Desde o reconhecimento com o Prémio Nacional de Inovação, houve vários contactos para a adoção da plataforma por outras entidades, tanto a nível nacional como internacional. A Lipor espera fechar algumas parcerias brevemente.**
>
> **JOSÉ MANUEL RIBEIRO**
> presidente do Conselho de Administração da Lipor.

Sistema de incentivo em escala

Questionado sobre até que ponto a plataforma tem contribuído para aumentar a consciencialização ambiental dos cidadãos, José Manuel Ribeiro relembra que a monitorização e os sistemas de análises instalados na plataforma torna possível a criação de perfis de participação dos clientes. "Isso permite, em primeiro lugar, um contacto direto com eles para melhoria dos seus comportamentos, mas também desenhar novos projetos com base na informação que se vai produzindo para que seja possível ter um maior impacto nas zonas alvo identificadas". E esta atividade, explica o responsável, compreende parâmetros de escala superior como localização de equipamentos, mas também permite ir ao detalhe de qual a hora com maior rendimento para se efetuarem ações de sensibilização ou qual a volumetria de equipamento com que o cidadão tende a participar mais em projetos de recolha.

Em termos de gestão de resíduos, o Wayste "aprimorará a análise do desempenho dos pontos de recolha e clientes, mas irá também, com o desenvolvimento da APP do cidadão atuar noutras áreas ligadas com sustentabilidade, com o objetivo final de premiar boas práticas que os cidadãos pratiquem". O propósito será, assim, criar um sistema de incentivo com escala e atratividade suficiente para moldar comportamentos do cidadão.

No que diz respeito aos próximos passos no desenvolvimento da plataforma, existe um plano de atividades previsto para os próximos dois anos. "Existem diversos módulos novos a serem implementados, entre os quais, os de disponibilização automática dos relatórios a efetuar junto de entidades como APA e ERSAR, que muito facilitará o trabalho dos municípios associados". José Manuel Ribeiro avançou ainda que a introdução de modelos preditivos e de inteligência artificial nas análises efetuadas na plataforma será também o foco central da equipa de desenvolvimento no futuro próximo. ■

MERCADOS

OBRIGAÇÕES

Espanha ameaça o "reinado" da dívida pública portuguesa

O rating A tornou a dívida pública portuguesa mais atrativa para os investidores do que a espanhola, enquanto a estabilidade política atirou França para segundo plano. O cenário pode, contudo, mudar.

LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.pt

Portugal tem beneficiado de forte apetite dos grandes investidores. Com um rating A pelas principais agências de notação financeira, e apesar de o Banco Central Europeu (BCE) estar a desinvestir nas obrigações da Zona Euro, o país tem conseguido manter a atratividade e os juros contidos – abaixo até de países como Espanha ou França. Mas uma subida do rating espanhol em 2025 pode ser a "chave" para o fim do "reinado" português, como indica Huw Worthington, estratega de taxas de juro da Bloomberg Intelligence. Mas a posição não é consensual e pode ser preciso uma aceleração da economia do país, superior à portuguesa.

"Estamos numa situação algo invulgar, tendo em conta os dados a que tenho acesso, em que Espanha tem um rating melhor que Portugal pela S&P, pior pela Moody's e igual pela Fitch", diz o presidente da IMF – Informação de Mercados Financeiros. Sobre uma inversão da curva, em que Portugal voltasse a pagar mais do que Espanha a médio e longo prazo, Filipe Garcia refere: "não me parece que seja o caso".

É nas diferenças de rating que Huw Worthington coloca o ónus, admitindo que a Moody's poderá ficar mais otimista sobre Espanha em 2025, colocando os dois países ibéricos no nível A. "Embora, a curto prazo, Espanha possa ter dificuldade em colmatar a diferença de rendimento, especialmente porque Portugal parece ter coberto totalmente as necessidades de financiamento de 2024, poderá começar a fazê-lo a partir do próximo ano", refere o estratega.

Atualmente, as obrigações soberanas de Espanha têm uma "yield" a um ano 25 pontos-base inferior à de Portugal. No entanto, mais à frente nos prazos, "o cenário muda rapidamente", indica, apontando para as obrigações portuguesas a transacionarem a par das espanholas a partir de dois anos e até ao final mais longo da curva. O diferencial é maior entre os três e os seis anos.

"Para assistirmos a uma inversão das 'yields' entre Portugal e Espanha, teremos de ver uma melhoria significativa nos dados económicos espanhóis versus os portugueses", antecipa Filipe Silva, diretor de investimentos do Banco Carregosa. "Portugal tem ocupado um lugar de destaque no que diz respeito à recuperação económica pós-covid, destacando-se não só de Espanha como dos outros países da periferia, sendo que atualmente até tem uma taxa a 10 anos inferior à de França, que tem um rating superior ao nosso".

Da mesma forma, também Filipe Garcia considera que "o maior contraste até pode ser feito com França", onde a instabilidade política ditou um agravamento dos juros da dívida - que poderá manter-se, já que a crise no país não parece ainda afastada. O Presidente Emmanuel Macron está atualmente em negociações com os partidos centristas após Lucie Castets, a candidata proposta a primeira-ministra pela coligação Nova Frente Popular, ter sido rejeitada. Esta é a terceira tentativa depois de a segunda, em julho, ter deixado o país num limbo.

"A evolução das contas nacionais e as perspetivas futuras é que acabarão por ditar se a situação que atualmente vivemos se irá manter ou alterar", vaticina o responsável do Carregosa. ■

> **A evolução das contas nacionais e as perspetivas futuras é que acabarão por ditar se a situação que vivemos se irá manter.**
>
> **FILIPE SILVA**
> Diretor de investimentos do Banco Carregosa



Em março, a Fitch decidiu manter o rating da dívida pública portuguesa em

OE 2025 e economia devem travar subida de rating pela Fitch

A desaceleração económica e a exposição do país à contração da Alemanha poderão justificar cautela, especialmente dado que o OE 2025 está a prestes a ser conhecido.

Dentro de três semanas o Ministério das Finanças já terá entregado no Parlamento a proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2025. Apesar de não se esperarem mudanças estruturais – o que poderia assustar investidores e agências de rating –, a aproximação da data, bem como a desaceleração da economia, deverão levar a Fitch a manter, esta sexta-feira, a classificação do país.

"Os dados divulgados relativos ao crescimento do terceiro trimestre mostraram um notável abrandamento econó-

Brendan McDermid/Reuters



A-, o que corresponde a quatro níveis acima de "lixo". Esta sexta-feira a agência vai voltar a avaliar o país.

mico, que acaba por ser fruto dos efeitos da politica monetária restritiva levada a cabo pelo BCE. Apesar de este efeito ser o esperado, vai ser preciso ver como é que cada economia se consegue adaptar a uma nova realidade", indica Filipe Silva, diretor de investimentos do Banco Carregosa.

A economia portuguesa limitou-se, entre abril e junho, a avançar 0,1%, com a variação face ao segundo trimestre do ano passado a ficar em 1,5%. E a atual contração da economia alemã tem impacto nas expectativas de crescimento do PIB português no segundo semestre. "Iremos crescer em 2024. Teremos é de ver se conseguimos superar os 2%. Não obstante estes fatores menos positivos, Portugal continua com excedente orçamental, o que permitirá navegar com mais tranquilidade uma fase menos positiva que a economia possa enfrentar", diz Filipe Silva. Tanto o diretor de investimentos do Carregosa como o presidente do IMF - Informação de Mercados Financeiros, Filipe Garcia, antecipam que a Fitch volte a manter o rating de Portugal em A- (quatro níveis acima de "lixo") com perspetiva "estável". Foi em setembro do ano passado que a agência elevou a classificação da dívida soberana para o clube A e, na última avaliação, em março, assim a manteve.

"As métricas até permitiriam uma subida da perspetiva para positiva, mas creio que a Fitch não o fará porque há incerteza em torno do OE, seja em termos puramente orçamentais seja na dimensão política, porque está criada a ideia que o Presidente da República poderá convocar eleições caso não haja acordo", considera Garcia.

"Parece-me que [a aproximação do OE] é o principal entrave e, a seguir, os riscos de desaceleração económica", acrescenta o presidente da IMF, admitindo ainda assim que a agência possa destacar, pela positiva, fatores como a evolução das métricas de endividamento ou o compromisso político a nível orçamental. ■ LMF

> **Parece-me que [o OE] é o principal entrave e, a seguir, os riscos de desaceleração económica.**
>
> **FILIPE GARCIA**
> Presidente da IMF - Informação de Mercados Financeiros

POLÍTICA MONETÁRIA

Banco de Inglaterra não mexe nos juros e reduz mais dívida

A autoridade britânica não se quer comprometer com cortes de juros, tendo decidido uma redução do balanço de 100 milhões de libras nos próximos 12 meses.

O Banco de Inglaterra (BoE, na sigla em inglês) decidiu ontem manter a taxa de juro diretora inalterada em 5%. Esta decisão surge depois de, pela primeira vez desde 2020, o comité de política monetária do banco central ter deliberado cortar a taxa de referência em 25 pontos-base. A decisão foi tomada com uma maioria de oito votos contra um, que preferia reduzir os juros em 25 pontos-base para 4,75%.

A instituição sublinha que, "na ausência de desenvolvimentos significativos, continua a ser adequada uma abordagem gradual da eliminação da restritividade da política monetária". Até porque, "a política monetária terá de continuar a ser restritiva durante um período suficientemente longo" até que o banco central tenha a confiança de que a inflação está a regressar de forma sustentada à meta dos 2%.

"A taxa de inflação anual foi de 2,2% em agosto e é esperado que cresça para 2,5% até ao final do ano, uma vez que a descida dos preços da energia que ocorreram no ano passado, não são tidas em conta na comparação anual", explica. Já olhando para a economia, o comité liderado por Andrew Bailey mantém a estimativa de que o PIB cresça 0,3% na segunda metade do ano.

Face a esta evolução esperada, o BoE avançou que decidirá, a cada reunião, o grau adequado de restritividade da política monetária. Para já, o que muda será o programa de compra de obrigações. O banco central decidiu de forma "unânime" a redução do "stock" de dívida britânica que detém em 100 milhões de libras (equivalente a 119 milhões de euros à taxa de câmbio atual), nos próximos 12 meses, para um total de 558 mil milhões de libras.

"Todos os membros do comité de política monetária concordaram, nesta reunião, que o Banco de Inglaterra deveria reduzir o volume de compras de obrigações de dívida pública britânica detidas para efeitos de política monetária, e financiadas pela emissão de reservas do banco central, em 100 mil milhões de libras ao longo do período de 12 meses entre outubro de 2024 e setembro de 2025, incluindo tanto obrigações soberanas vincendas como novas emissões", rematou. ■

FÁBIO CARVALHO DA SILVA

2,5%
INFLAÇÃO
A taxa de inflação anual no Reino Unido foi de 2,2% em agosto e o banco central espera que cresça até 2,5% no fim do ano.

5%
JURO
A taxa de juro diretora inalterada em 5%. Apenas um dos nove membros defendeu um corte, de 25 pontos-base.



UMA PARCERIA:



negocios

O Negócios e o Doutor Finanças estabeleceram uma parceria com o objetivo de esclarecer as dúvidas colocadas pelos leitores em matéria de finanças pessoais. Todas as sextas-feiras, na edição impressa e aos sábados, no online, encontrará respostas às suas perguntas.

CRÉDITO CONSOLIDADO

MANUEL CAMACHO

Como posso juntar os créditos que tenho num só pagamento mensal? Como proceder ao melhor crédito consolidado?

A consolidação de crédito é um processo muito simples. Na prática junta todos os créditos que tem a decorrer, desde créditos feitos para comprar tecnologia ou eletrodomésticos, crédito automóvel, cartões de crédito, entre outros. Em vez de pagar um crédito pelo carro, outro pelo frigorífico e ainda pagar todos os meses uma dívida do cartão de crédito, passa a ter um único financiamento e, consequentemente, terá uma única prestação a pagar todos os meses.

A consolidação de crédito rege-se por regras, tal como qualquer outro crédito ao consumo. Há limites no valor de financiamento máximo, há taxas máximas que podem ser aplicadas (mais vantajosas do que as taxas dos cartões de crédito, por exemplo) e há regras relacionadas com a taxa de esforço. Sobre este último ponto, é importante realçar que as instituições financeiras não podem financiar operações de crédito que coloquem a taxa de esforço de um cliente acima dos 50% do seu rendimento.

Para avançar com a consolidação de créditos basta que contacte um intermediário de crédito (que trabalhe com várias entidades) ou uma entidade financeira específica para poder avançar com a avaliação e aprovação da operação. Na prática, o que vai acontecer é que vai pedir um financiamento de um determinado valor e com esse montante vai liquidar os restantes créditos. ■

As perguntas enviadas pelos leitores são editadas por questões de dimensão e clareza. A informação partilhada não é vinculativa e não invalida a leitura integral de documentos e/ou o contacto com canais oficiais, que suportem a matéria em causa.

MAIS VALIAS

CLARINDA SANTOS

Agradeço informações acerca da alteração da lei quanto ao prazo manutenção morada fiscal no prazo de 24 meses para 12 meses na venda da habitação própria permanente e exclusão tributária das mais valias. Vendi uma habitação própria permanente escriturada a venda a 15 de junho de 2024. A habitação era uma moradia cujo início construção foi em 2020 com aquisição terreno. A construção concluída em abril 2022 com alteração morada fiscal em 20 julho 2022. Neste caso haverá exclusão nas mais valias imobiliárias? Existem novidades acerca de quando será publicada nova alteração prazo para 12 meses?

A alteração da legislação foi publicada no dia 10 de setembro. Contudo, as alterações passarão a produzir efeitos a partir de 11 de setembro. Ou seja, só as vendas de imóveis realizadas a partir dessa data é que beneficiam da alteração. As alienações feitas antes dessa data ficam sujeitas às regras anteriores. As datas que partilha apontam para que não tenha sido cumprido o prazo de 24 meses, sendo que recomendamos que consulte as Finanças para poder eliminar qualquer dúvida. ■

Para pedir uma avaliação da consolidação de crédito basta contactar um intermediário ou uma entidade financeiros.

Se o atraso no reembolso do IRS for apenas da responsabilidade do Estado, este último terá de lhe pagar juros indemnizatórios.

IRS

ÁUREA SILVA

Em maio submeti com sucesso o meu IRS 2023 que foi validado com sucesso e, de acordo com a simulação, tenho a receber cerca de 1.000 euros. A declaração só em 17 de julho é que passou ao estado de "certa" e assim permanece até à presente data sendo que o prazo para o reembolso já expirou em 31 de agosto. A Autoridade Tributária não responde às minhas reclamações pelo que agradecia o vosso aconselhamento.

Deve contactar a Autoridade Tributária, questionando se há algum problema ou se está tudo dentro da normalidade. Se estiver tudo bem, terá de aguardar pelo pagamento, sendo que se tiver entregado a declaração dentro dos prazos e o atraso for apenas da responsabilidade do Estado, este último terá de lhe pagar juros indemnizatórios.

A taxa de juros a aplicar a estes casos é de 4% ao ano. O que significa que em 1.000 euros, o contribuinte teria a receber 40 euros se o Estado se atrasasse um ano a pagar. Para calcular o valor de juros a receber é preciso dividir o montante (neste caso 40 euros) por 365 dias e a seguir multiplicar o resultado pelo número de dias em atraso.

Começa a contar no dia 1 de setembro até ao dia da emissão da nota de crédito. Se o atraso for de 30 dias, o caso que partilhamos aqui corresponde a 3,29 euros de juros. ■

BOLMERC lança plataforma revolucionária de comércio digital B2B na Sociedade de Geografia de Lisboa

Plataforma surge com a promessa de transformar o modo como as empresas realizam negócios online.





A BOLMERC, a mais recente plataforma de comércio digital B2B (Business to Business), foi oficialmente lançada na Sociedade de Geografia de Lisboa, num evento que reuniu parceiros, colaboradores, entidades públicas e clientes. A apresentação foi conduzida pelo CEO da BOLMERC, Vasco Cortes, marcando o início de uma nova era para o comércio digital em Portugal.

Com o lema "Compras Digitais, Produtos Reais", a BOLMERC surge com a promessa de transformar o modo como as empresas realizam negócios online. A plataforma oferece uma solução inovadora que simplifica e otimiza as transações B2B, facilitando o acesso direto a produtos de diferentes fornecedores, sejam pequenos produtores ou grandes marcas, e criando um ambiente que promove a eficiência e a competitividade.

A plataforma elimina a necessidade de pequenos produtores criarem lojas virtuais ou gerirem complexidades logísticas, ao oferecer soluções completas que incluem faturação e entrega.

Uma plataforma que une o digital e o real

Durante a apresentação, Vasco Cortês destacou as vantagens da BOLMERC como um marketplace que encurta a cadeia de valor, oferecendo preços mais competitivos a microempresas, retalhistas e pequenos negócios. Com uma interface intuitiva e funcionalidades avançadas, a BOLMERC proporciona uma experiência de

PROCESSO SIMPLES DE COMPRA E VENDA

A BOLMERC é uma plataforma B2B de comércio digital que liga as empresas de diversos setores a fornecedores de produtos, simplificando o processo de compra e venda. Com foco em tecnologia avançada, segurança e acessibilidade, a BOLMERC visa transformar o comércio digital, facilitando a expansão de negócios a nível global.

A BOLMERC foi concebida para simplificar o comércio digital para empresas de todas as dimensões. Com esta plataforma, qualquer negócio pode agora competir a nível global, aproveitando as vantagens da digitalização de forma acessível e eficaz.

VASCO CORTES
CEO da BOLMERC





Vasco Cortes, CEO da BOLMERC

compra e venda fluida e eficiente, desde o momento da compra até à entrega. "A BOLMERC foi concebida para simplificar o comércio digital para empresas de todas as dimensões. Com esta plataforma, qualquer negócio pode agora competir a nível global, aproveitando as vantagens da digitalização de forma acessível e eficaz", afirmou Vasco Cortes.

Inovação com Legado Histórico

Inspirada pela criação da Bolsa de Mercadores Portugueses em 1293 por D. Dinis, a BOLMERC honra o legado histórico de Portugal no comércio global. A plataforma reflete o espírito de inovação, exploração e descoberta, adaptado ao contexto digital do século XXI, permitindo que as empresas portuguesas expandam os seus negócios para novos mercados internacionais.

Funcionalidades e Benefícios da BOLMERC

A BOLMERC foi desenvolvida com foco na simplicidade, permitindo a inscrição gratuita e oferecendo um sistema integrado que facilita todas as fases do processo de compra e venda. A plataforma elimina a necessidade de pequenos produtores criarem lojas virtuais ou gerirem complexidades logísticas, ao oferecer soluções completas que incluem faturação e entrega.

Outro ponto forte da BOLMERC é o seu sistema de cashback por volume de compras, que incentiva as empresas a reinvestirem em novas transações, otimizando as suas margens de lucro.

Tecnologia de Ponta para um Comércio Seguro e Eficiente

Com tecnologia avançada, a BOLMERC integra algoritmos de machine learning, que sugerem produtos personalizados, e utiliza soluções baseadas em blockchain para garantir a segurança das transações. O compromisso da plataforma com a cibersegurança assegura que os dados dos utilizadores estão protegidos de forma robusta, proporcionando confiança e fiabilidade nas operações comerciais.

Expansão Global e Parcerias Estratégicas

A BOLMERC já conta com mais de 2.500 referências de produtos de 50 fornecedores, e planeia expandir rapidamente o seu portefólio para diversos setores de negócio. Parcerias estratégicas estão a ser firmadas com aceleradoras de comércio digital para apoiar a internacionalização da plataforma, permitindo que os produtos portugueses alcancem novos mercados globais.

A plataforma oferece uma solução sem custos de adesão ou mensalidades, baseando-se num modelo de sucesso partilhado. Está preparada para atender às necessidades de empresas de todas as dimensões, proporcionando-lhes uma ampla gama de produtos a preços competitivos, com a eficiência garantida pela gestão logística e segurança nas transações.

"O futuro do comércio digital passa pela BOLMERC, uma plataforma que combina simplicidade, inovação e eficiência, oferecendo às empresas uma oportunidade única de crescer e prosperar no mercado global," concluiu Vasco Cortes.

Com tecnologia avançada, a BOLMERC integra algoritmos de machine learning, que sugerem produtos personalizados, e utiliza soluções baseadas em blockchain para garantir a segurança das transações.

A plataforma oferece uma solução inovadora que simplifica e otimiza as transações B2B, facilitando o acesso direto a produtos de diferentes fornecedores, sejam pequenos produtores ou grandes marcas, e criando um ambiente que promove a eficiência e a competitividade.

OPINIÃO

A COR DO DINHEIRO



CAMILO LOURENÇO
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

Mais um "bluff" de Marcelo?

O Correio da Manhã dizia ontem que o Presidente da República vai mesmo dissolver a Assembleia da República se o orçamento para 2025 não for aprovado. É mais um salvo na estratégia que Marcelo Rebelo de Sousa tem seguido nos últimos meses: pressionar os principais partidos a negociar o orçamento.

Segundo o CM, o PR rejeita uma governação por duodécimos ou orçamento retificativo como solução alternativa. Tudo isto porque a ausência de orçamento pode criar problemas ao rating da República e atrasar ainda mais a implementação do PRR.

São "desculpas" pífias. As agências de rating já perceberam que PSD e PS estão comprometidos com a ortodoxia orçamental, o que inviabiliza nova crise de financiamento do país (o que conduziu à chamada da troika, em 2011...).

Se é assim, o que leva o Presidente a "forçar" tanto a aprovação do orçamento? O facto de ter inaugurado uma fase nova na política portuguesa quando dissolveu a AR em 2021, depois de chumbado o orçamento de António Costa (referente ao ano de 2022). E agora está preso a essa estratégia: se houver novo chumbo, a oposição vai reivindicar tratamento semelhante ao de 2021.

A tirada do Presidente é para levar a sério ou é mais um "bluff" para obrigar os partidos a negociar? É provável que seja a segunda. Marcelo depara-se com um "não" do Chega, que parece ter radicalizado a sua posição nas últimas semanas (embora Ventura já tenha dito uma coisa hoje e outra no dia seguinte...). E depara-se também com um súbito assomo de radicalismo do PS. Ainda há dias Pedro Nuno Santos fez saber que não podia aprovar um orçamento que seja a imagem do programa do PSD (com o qual o PS não concorda).

PNS também está a fazer "bluff"? Muito provavelmente. Mas nunca fiando. Ou seja, o Presidente quer garantir que pôr o assunto orçamento rapidamente para trás das costas para não ter de terminar o mandato com três dissoluções do Parlamento no currículo, coisa inédita nos 5 Presidentes que o país já teve desde o 25 de Abril. ■

LIBERDADE ECONÓMICA



JOÃO BORGES DE ASSUNÇÃO
Professor da Universidade Católica Portuguesa

Políticas para jovens: o equilíbrio delicado

A questão da fixação de jovens em Portugal é complexa e exige uma análise aprofundada. Um consenso sobre o diagnóstico pode sugerir um consenso sobre as políticas. Ao discutir estratégias para atrair e reter os jovens, é fundamental considerar os impactos mais amplos, incluindo os princípios da igualdade perante a lei e as consequências indesejadas noutros grupos.

A economia é um sistema interligado, onde as decisões de um agente económico influenciam as decisões de outros. Isso é verdade ao nível dos países e também ao nível das pessoas individuais. Quando o Governo implementa políticas que beneficiam especificamente um grupo demográfico, como os jovens, ele está a interferir neste equilíbrio.

Ao direcionar recursos para políticas destinadas aos jovens, o Governo está a alocar esses recursos que poderiam ser utilizados para outras áreas, como infraestruturas, saúde ou educação para outros grupos etários ou demográficos.

Políticas que oferecem benefícios fiscais ou subsídios específicos aos jovens podem distorcer o mercado de trabalho, levando a uma alocação ineficiente de recursos. Por exemplo, um subsídio ao emprego jovem pode incentivar as empresas a contratar mais jovens, mesmo que estes não sejam os candidatos mais qualificados para o trabalho. De igual modo os empregadores poderão oferecer salários mais baixos aos jovens, argumentando que estes receberão o mesmo em termos líquidos.

A consequência prática é que o mercado de trabalho ficará ainda mais obscuro e segmentado com salários diferentes para diferentes grupos demográficos induzidos pelas políticas públicas.

Políticas muito generosas para os jovens podem criar efeitos desmotivadoras para o cidadão comum, reduzindo o seu incentivo em participar na população ativa.

As políticas que beneficiam assimetricamente os jovens podem entrar em conflito com o princípio da igualdade perante a lei. Embora a discriminação positiva possa ser justificada em alguns casos, como para corrigir desigualdades históricas, é importante que essas políticas sejam temporárias e direcionadas para grupos específicos que enfrentam desvantagens significativas.

Eu gostaria que este tipo de políticas, quando de dimensão permanente ou significativa, fossem testadas no Tribunal Constitucional, para obrigar a uma verificação sobre se violam ou não principais constitucionais, incluindo o da igualdade e da proporcionalidade. A sua popularidade na opinião pública ou no Parlamento não me parece critério suficiente.

Em vez de políticas que beneficiam apenas os jovens, é preferível adotar medidas que promovam a produtividade da economia e a competitividade internacional das empresas. Os ganhos da maior produtividade serão distribuídos entre todos os fatores que para eles contribuíram, incluindo os jovens claro está. Um crescimento económico sustentado irá gerar mais empregos e aumentar os rendimentos para todos os grupos etários.

Mesmo as políticas setoriais pensadas para os jovens, como por exemplo a habitação ou as creches, devem integrar a ideia da heterogeneidade da população a que se destinam. Nem todos os jovens querem comprar ou arrendar casa. Ou constituir família ao mesmo ritmo. Pensar as políticas para o arquétipo do jovem português assumem implicitamente uma homogeneidade de estilos de vida e profissões que só existe na cabeça dos mais velhos, ou do legislador.

As políticas que assentam no aumento da produtividade promovem o bem comum e aumentam o valor acrescentado geral da sociedade. Políticas assentes em discriminação demográfica são essencialmente redistributivas, assumindo que o valor criado se mantém constante ao longo do tempo.

A fixação dos jovens em Portugal é um objetivo importante, mas as políticas implementadas devem ser cuidadosamente ponderadas. Políticas que beneficiam assimetricamente os jovens podem ter consequências económicas negativas e violar o princípio da igualdade perante a lei. As leis fiscais em Portugal estão maduras para serem reformadas. Convém que os arquitetos dessas reformas respeitem os principais da igualdade nessa reforma. ■

> A fixação dos jovens em Portugal é um objetivo importante, mas as políticas implementadas devem ser cuidadosamente ponderadas.

Coluna mensal à sexta-feira



FERNANDO MEDINA
Economista

CONTAS CERTAS

É essencial que o próximo OE reforce as defesas do país perante riscos externos, que seja construído com efetivas margens de segurança (ao invés de decorrer da transposição de modelos macroeconómicos teóricos) e que rompa com a prática destes últimos meses de aumentar estruturalmente a despesa pública.

Orçamento (II) - O que precisamos que o OE2025 seja?

Deixemos por agora de lado a questão da viabilização ou não do Orçamento de Estado para 2025. Falemos, nem que seja por instantes, do Orçamento de que o país precisa. Isto é, do Orçamento que melhor assegura a estabilidade macroeconómica do país, que avança com as políticas necessárias ao progresso económico e social e que dá passos na melhoria da qualidade da despesa pública.

Precisamos em primeiro lugar que o Orçamento para 2025 seja um instrumento de reforço da estabilidade macroeconómica do nosso país. Fruto dos progressos dos últimos anos, designadamente da recorrente apresentação de excedentes primários, da forte redução da dívida pública, do crescimento das exportações e do crescimento acima da média da Zona Euro, Portugal encontra-se hoje numa posição bem mais protegida em termos de financiamento internacional. Não estamos hoje no "radar" de ninguém por riscos de desequilíbrio orçamental ou externo. Mas o trabalho não está concluído. É preciso prosseguir sem vacilar aos inúmeros cantos dos que consideram que o tempo é de virar de política orçamental e que agora é tempo de gastar tudo com todos.

A Europa encaminha-se para um período difícil que levará, com probabilidade, a crescente instabilidade financeira. Este processo está a ter o seu enfoque na França, que apresenta uma situação orçamental muitíssimo degradada, e sem fim à vista dada a frágil situação política em que está mergulhada. Tem um segundo epicentro em Itália, que não tem conseguido reduzir os elevados défices e apresenta a segunda maior dívida pública da Zona Euro. E tem um terceiro pilar no anémico crescimento alemão, cuja economia enfrenta desafios estruturais de grande dimensão que se impuseram à economia alemã com brutalidade e rapidez nos últimos anos. Destes destaca-se a mudança da matriz energética, onde o acesso ao barato gás russo deu lugar ao princípio da autonomia energética face à Rússia, expondo a economia de forma estrutural a custos energéticos significativamente mais elevados. E destaca-se também a crescente turbulência comercial com a China, que foi durante largos anos um parceiro decisivo para o sucesso alemão.



Pedro Nunes/Reuters

Precisamos em primeiro lugar que o OE seja um instrumento de reforço da estabilidade macroeconómica do nosso país.

Este contexto não pode ser ignorado ou tratado com ligeireza. É verdade que teremos no nosso país, em 2025 e em 2026, um forte contributo do investimento público no crescimento do PIB por via da entrada do PRR na fase de concretização física e financeira de muitos projetos. Mas é também verdade que será totalmente inapropriado usar esse contexto na criação de despesa/perda de receita permanente, muita dela aliás de muito baixa eficácia para alavancar o crescimento futuro ou na resposta a prementes problemas sociais.

Os sinais que o Governo tem dado a este respeito não são positivos. Destaca-se o comprometimento de significativos volumes financeiros em despesa permanente e de baixa qualidade, numa atitude de dar a todos e em especial aos de sempre, com maior capacidade reivindicativa.

Ora se isto se compreende como tática política para reduzir anticorpos na sociedade e favorecer a posição do partido do Governo num cenário de eleições antecipadas, a verdade é que não resolve nenhum problema de fundo e diminui a nossa capacidade de reforçar as resistências do país. A este respeito é de destacar a nota deixada pelo Conselho das Finanças Públicas que, num quadro de políticas invariantes (isto é, considerando tudo quanto já está decidido, mas assumindo que nenhuma nova medida sem compensação financeira é tomada), a adoção de uma medida como o IRS Jovem, nos termos como o Governo propõe, terá um impacto orçamental de 0,3% entre 2025 e 2028 e levará já em 2026 o país de novo a uma situação de défice orçamental... E ainda não incluiu nas contas a eventual descida transversal do IRC... E, por último, alguém acredita que nos mantenhamos em 2025 num cenário em que não sejam aprovadas novas medidas de despesa e/ou diminuição da receita? Alguém acredita que no quadro político fragmentado alguém se venha a bater por qualquer medida de compensação das mesmas

Em conclusão: é essencial que o próximo OE reforce as defesas do país perante riscos externos, que seja construído com efetivas margens de segurança (ao invés de decorrer da transposição de modelos macroeconómicos teóricos), e que rompa com a prática destes últimos meses de aumentar estruturalmente a despesa pública/baixar estruturalmente a receita pública, designadamente a de baixa reprodutibilidade económica e social. ■

O CONTADOR DE HISTÓRIAS



EDSON ATHAYDE
Publicitário e Storyteller
edson.athayde@fcb.com

"Eating the dogs and jumping the shark"

Você deve ter visto a cena, repetida infinitamente nos telejornais e redes sociais de todo o planeta. De repente, no meio de um debate, Donald Trump perde a cabeça e começa a gritar que imigrantes do Haiti estão a comer os animais de estimação dos moradores da cidade de Springfield, no Ohio.

Ao seu lado, Kamala Harris dá uma vistosa gargalhada. A intenção é clara: em vez de demonstrar fúria por ver Trump transformar um momento decisivo da campanha num circo, Kamala reduz o seu oponente ao papel de palhaço. É uma tática diferente da utilizada por Hillary Clinton ou Joe Biden. A ideia é dizer: "Trump, não és capaz de me magoar. És uma piada. E de mau gosto".

Não se engane, Trump conseguiu algumas das várias intenções que tinha ao dar destaque a uma mentira tão insana. Criou uma fonte para milhares de memes com a frase "They're eating the dogs", distraindo a atenção do público e dos media. Manteve a questão da imigração, mesmo que de forma distorcida, na ordem do dia. Falou eficazmente para a sua bolha: eles acreditam e alimentam-se de teorias da conspiração.

Mas o riso de Kamala não fazia parte dos planos. A reação da candidata abriu espaço para vermos algo importante: o rei vai nu.

Há um limite para tudo. As manobras de diversão de Trump já não são tão surpreendentes como eram há 10 anos. Após escalar tantos absurdos, chegaria a hora em que o espelho mágico se partiria. Para muitos analistas, eu incluído, "They're eating the dogs" foi o momento em que Trump "saltou o tubarão".

> Para muitos analistas, eu incluído, "They're eating the dogs" foi o momento em que Trump "saltou o tubarão".

"Jump the skark" é uma expressão norte-americana que descreve o momento em que uma série de televisão ou projeto criativo recorre a artifícios exagerados ou absurdos para tentar manter a audiência, sinalizando o início do seu declínio. A expressão surgiu em 1977, num episódio da série "Happy Days", quando o personagem Fonzie literalmente salta sobre um tubarão em esquis aquáticos.

O momento de "saltar o tubarão" é um ponto sem retorno, é quando vemos os pombos dentro da manga do ilusionista, é quando alguém nos revela quem é o assassino antes de lermos um livro de Agatha Christie. A partir daí, a experiência narrativa nunca mais será a mesma.

As sondagens dizem que Trump não perdeu nenhum ponto após o debate. Mas também revelam que não ganhou mais nenhum, ao contrário de Kamala, que continua a converter, aos poucos, os votos dos chamados indecisos. Ainda não sabemos se será o suficiente, numa eleição tão polarizada.

Mas, ganhando ou perdendo, Trump já perdeu. Kamala demonstrou que há uma arma poderosa para o desarmar: o humor.

Ou como diria o meu tio Olavo, citando o Barão de Itararé: "Sentido de humor é o sentimento que faz você rir daquilo que o deixaria louco de raiva se lhe acontecesse". ■

Coluna quinzenal à sexta-feira

ADVOGADO DO DIABO



LUÍS MIGUEL HENRIQUE
Advogado

Carga fiscal e atratividade

No passado sábado, por ocasião do evento organizado pela Liga Portugal, em boa hora batizado de "Thinking Football Summit", tive a oportunidade concedida pela organização do evento de conversar com o ministro Pedro Reis e, claramente, uma das frases do governante que mais saltou à vista, foi a de que ainda "fica perplexo que tenhamos de advogar porque temos de baixar o IRC".

Ora, se cruzarmos isso com as conclusões do estudo recentemente divulgado pela consultora EY sobre o "ranking" da atratividade, podemos perceber claramente que a primeira (excessiva carga fiscal) interfere diretamente na segunda (atratividade do país enquanto destino de Investimento Direto Estrangeiro - IDE).

No mesmo evento, o ministro da Economia (que se tem desdobrado em visitas a vários mercados a tentar "vender" Portugal, e que ainda recentemente esteve no Qatar conforme aqui noticiado) expressamente indicou os mercados e eixos estratégicos que serão a aposta do nosso país nos próximos anos, tais como EUA, Médio Oriente, Japão e Alemanha.

Porém, sem uma menor carga e uma maior estabilidade fiscal, temo que uma boa parte do possível sucesso desta estratégia de diplomacia económica poderá ficar comprometida.

Há que de uma vez por todas perceber como funciona o mundo e aceitar que um dos principais eixos dos grandes investidores internacionais é, exatamente, a existência de um ambiente fiscal atrativo, estável e previsível.

Reduzir a frequência de alterações nas leis fiscais e simplificar a burocracia só aumenta a confiança dos mesmos e ajuda na tomada de decisão que ao nosso país interessam.

A promoção internacional de Portugal como destino de investimento, destacando as vantagens competitivas do país, como a qualidade de vida, a localização estratégica e a estabilidade política, levada a cabo pelo Ministério da Economia é não só crucial como indispensável.

Contudo, será necessário agregar mais valor à nossa proposta e Implementar medidas de desagravamento fiscal e assim criar um ambiente mais favorável para o investimento estrangeiro, atraindo não apenas pequenos/médios investimentos, mas também investidores de maior qualidade e valor agregado.

É (também) disso que precisamos para crescer e não continuar a encolher. ■

Coluna semanal à sexta-feira



CHRISTIAN CATALINI
Fundador do MIT Cryptoeconomics Lab, é um investigador científico do MIT, cofundador e diretor de estratégia do Lightspark e membro do Comité Consultivo de Tecnologia da Comissão do Comércio de Futuros de Commodities (CFTC) dos EUA.



JAI MASSARI
"Fellow" do Berkeley Center for Law and Business e professora convidada na UC Berkeley School of Law, é cofundadora e diretora jurídica da Lightspark e membro do Subcomité do Futuro das Finanças, do Comité Consultivo de Riscos de Mercado da CFTC.



REBECCA RETTIG
Diretora jurídica e diretora de políticas da Polygon Labs, é membro do Subcomité do Futuro das Finanças, do Comité Consultivo de Riscos de Mercado da CFTC.

A política cripto tem de capacitar os construtores, não os especuladores

A indústria das criptomoedas está a apostar tudo nas eleições presidenciais dos EUA em novembro, canalizando centenas de milhões de dólares para promover candidatos que possam apoiar uma regulamentação conveniente. Mas, apesar de todo o investimento – o setor supera todos os outros como fonte de fundos deste ciclo –, ainda não é claro como é que qualquer um dos candidatos abordaria a questão e priorizaria os construtores em detrimento dos especuladores.

Os observadores casuais podem ter ouvido dizer que o ex-Presidente Donald Trump, o candidato republicano, assumiu a causa. Dirigindo-se a uma recente conferência de bitcoin, prometeu fazer dos Estados Unidos a "capital cripto do planeta", criar uma reserva estratégica em bitcoin e abraçar as "stablecoins". A multidão engoliu. No entanto, o tipo de reforço de Trump enfatiza o maior desafio do setor: durante muito tempo, aqueles que querem utilizar a tecnologia para especulação financeira dominaram os debates políticos, enquanto aqueles que realmente querem construir algo com ela estão de lado.

A vice-presidente Kamala Harris, a candidata democrata, manteve-se em grande parte em silêncio sobre o tema, mas tem agora a oportunidade de apresentar uma abordagem mais atenciosa e progressiva à inovação financeira. As políticas cripto, tal como as políticas de inteligência artificial (IA), trata fundamentalmente da inovação e da competitividade nacional. Para estabelecer os EUA como líder neste setor estratégico, a próxima administração deve primeiro substituir a atual linha de reguladores financeiros hostis, liderado pelo presidente da Comissão de Valores Mobiliários (SEC, na sigla em inglês), Gary Gensler, que tem rejeitado consistentemente um diálogo significativo com a indústria.

Mas instalar reguladores que sejam mais simpáticos com a mentalidade de lucro rápido dificilmente seria uma melhoria. A maior força das cripto – a sua capacidade de incentivar a construção de redes abertas – é também a sua maior responsabilidade. Tal como na moda ferroviária do século XIX, as criptomoedas alimentaram a criação de novas infraestruturas valiosas, mas também foram exploradas por atores imprudentes para perpetrar fraudes e fraudes – Sam Bankman-Fried, sendo um excelente exemplo de alguém que sabia como jogar o jogo dentro de uma estrutura regulatória existente e imperfeita.

As empresas que se envolvam puramente em especulação, ou mesmo completos esquemas, beneficiam mais do atual caos regulamentar. Pior ainda, muitos dos que defenderam proativamente a regulamentação ou tentaram colaborar com os reguladores enfrentaram ações de fiscalização, resultando numa perda de acesso a serviços bancários essenciais.

Os reguladores carecem frequentemente de incentivos para adaptar as regras existentes às novas tecnologias e os incumbentes dão-lhes muitas vezes motivos para defender o "status quo". Nas cripto, a responsabilidade pela criminalidade chegou tarde demais ou ainda não chegou de todo, deixando os consumidores a arder. Na ausência de clareza regulamentar, os participantes do mercado com empresas estabelecidas ou necessidade de serviços bancários acabam muitas vezes por fugir de explorar a tecnologia, independentemente do seu potencial. O resultado é um sistema que recompensa a imprudência e a fraude, ao mesmo tempo que desencoraja os inovadores que procuram melhorar os pagamentos, reformar o setor financeiro, proteger a privacidade dos dados ou abordar a concentração de mercado das gigantes tecnológicas.

> Os reguladores carecem frequentemente de incentivos para adaptar as regras existentes às novas tecnologias e os incumbentes dão-lhes muitas vezes motivos para defender o "status quo".

Uma regulação cripto ponderada exigirá mais do que a conivência de Trump. Este é um problema que vai para além das cripto. Para que os EUA sejam líderes na IA, na defesa e noutros campos, precisam de regras que reconheçam quanto valor podem estes setores intensivos de inovação trazer para a economia mais ampla, nomeadamente através da restauração da concorrência. Este é um empreendimento complexo. O sucesso vai exigir muito mais do que cortejar os maximalistas da bitcoin e simplesmente permitir que as "stablecoins" existam.

Considere-se a proposta de Trump de que o Governo dos EUA mantenha a bitcoin como um ativo estratégico. É óbvio que isto beneficiaria o preço da bitcoin, mas não de uma forma que servisse o interesse nacional. Em vez disso, o governo federal deve reconhecer as redes com base em blockchain como infraestruturas críticas, semelhantes ao 5G.

Nem o Governo deve apoiar cegamente a mineração doméstica de bitcoin sem incentivar métodos que alavanquem as energias renováveis e a energia irrecuperável, ou que forneçam um reforço para uma rede cada vez mais frágil (como se pode observar no Texas). A regulamentação deve ter em consideração a forma como a mineração de bitcoin e a produção de "chips" podem contribuir para a segurança nacional, garantindo ao mesmo tempo um impacto ambiental mínimo.

No seu discurso em Nashville, Trump acusou a administração Biden de fazer mira às relações dos negócios cripto com os seus bancos. Mas o verdadeiro problema é um ambiente regulatório e de supervisão que torna difícil aos bancos envolverem-se em segurança com a criptografia. Muitos bancos reconhecem que os pagamentos e os ativos digitais vão desempenhar um papel importante no sistema financeiro. No entanto, foram prejudicados por regras não razoáveis, como o Staff Accounting Bulletin No. 121 (SAB 121), que impõe normas contabilísticas punitivas a empresas que não podem explorar exceções privadas com as equipas da SEC.

Trump comprometeu-se também em abraçar as "stablecoins" para reforçar o domínio do dólar. Mas, mais uma vez, esta questão é mais complexa do que pode parecer. Para evitar que o mercado se torne tão concentrado como a indústria de cartões de crédito já é, os EUA têm de promover um ambiente competitivo para a emissão de "stablecoin". O caso de uso dominante não deve ser a dolarização, uma vez que este objetivo pode enfraquecer os controlos de capital, desestabilizar as economias emergentes e prejudicar as sanções. Em vez disso, a legislação deve garantir que as "stablecoins" se tornam um meio seguro de pagamento, permitindo transações instantâneas e globais.

A realização desta visão exige uma estrutura de conformidade robusta. Os atuais emitentes de "stablecoins" não sabem ou não querem saber se os seus dólares digitais são mantidos por países ou criminosos sancionados. Mas este perigoso ângulo morto é um grande obstáculo para a adoção dominante. O ónus está nos empresários cripto para que desenvolvam soluções inovadoras que abordam os desafios da identidade e da conformidade, mas o progresso nestas áreas tem sido até agora limitado. As novas regras têm de fortalecer os incentivos para que o setor privado faça o trabalho árduo.

No final do dia, os decisores políticos em Washington devem unir-se e redigir novas regras, em vez de tentarem espremer os casos de utilização cripto em leis de há quase um século. E a indústria, por sua vez, tem de resolver os muitos problemas que os serviços financeiros tradicionais e os líderes cripto há muito ignoram. Uma política cripto atenciosa priorizaria os construtores em vez dos especuladores. A vantagem, tal como nos primeiros dias da internet, é uma tecnologia que pode restaurar a concorrência em setores que não a veem há décadas. ■

Tradução: Leonor Mateus Ferreira

negocios

Conselho de Administração Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão. • Principal acionista Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%). • Diretora: Diana Ramos Diretor adjunto: Celso Filipe • Sede: Redação, Administração e Publicidade Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa • Redação: tel. 210 494 000 e-mail info@negocios.pt Publicidade: tel. 210 494 076 e-mail publicidade@medialivre.pt • Assinaturas: tel. 210 494 999 (das 9h às 18h) ou através do e-mail assine@medialivre.pt • Delegação Porto Rua Eng.º Ferreira Dias, 181, 4100-247 Porto tel. 225 322 342 • e-mail negocios-porto@negocios.pt • Internet www.negocios.pt • Propriedade/Editora: Medialivre, S.A. • Sede Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa Capital Social 22 523 420,40€ • Contribuinte 502 801 034 • C.R.C de Lisboa 502 801 034 • Impressão EGF-Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro. ISSN: 0874-1360 • Estatuto editorial disponível no site em www.negocios.pt




05329

5 607727 127123

SEXTA-FEIRA | 20 SET 2024



MELHOR NA CATEGORIA IMPRENSA DE ECONOMIA

...medialivre

Nº ERC: 121571 • Depósito Legal: 120966/98
Tiragem média de Agosto de 2024: 4.170 exemplares

SA LUÍS AFONSO







AUTOMÓVEL

UE e China prometem negociar mais rápido tarifas sobre elétricos

A União Europeia (UE) e a China chegaram ontem a um acordo que visa acelerar as negociações entre as duas partes relativamente à aplicação de tarifas sobre os carros elétricos produzidos neste país asiático.

Esta intensificação das discussões acontece a poucos dias de distância da entrada em vigor da tarifas europeias sobre os veículos chineses. A UE planeia votar a 25 de setembro sobre a imposição das tarifas, embora essa data possa ser adiada por uns dias.

Valdis Dombrovskis, comissário europeu do Comércio, citado pela agência Bloomberg, disse ter mantido uma reunião produtiva com o ministro do Comércio da China, Wang Wentao, e que ambos planeiam continuar as conversações "sem prejuízo da investigação da UE e dos seus prazos".

A UE deixou claro para a China que continuará a sua investigação formal sobre os subsídios que considera injustos para os veículos elétricos fabricados na China, mas "as duas partes concordaram em rever os compromissos de preços", adiantou Olof Gill, porta-voz da Comissão Europeia.

Bruxelas propôs impor tarifas sobre os veículos elétricos fabricados na China de até quase 50%. A votação, prevista para o final deste mês, abriria caminho para que as tarifas entrem em vigor a partir de novembro, durante cinco anos, a menos que uma maioria qualificada – 15 Estados-membros representando 65% da população do bloco – se oponha à medida.

Para a UE estão em jogo milhares de empregos e a produção económica da indústria automóvel e de fornecedores, que enfrentam um impacto profundo com a eletrificação. As tarifas podem dar aos fabricantes de automóveis europeus algum espaço de manobra em relação aos concorrentes chineses, que estão a expandir-se globalmente.

À margem das negociações, a China está a prometer o aumento do investimento em fábricas de automóveis em países como Espanha e Hungria e ameaça impor tarifas sobre produtos europeus, casos dos laticínios. ■ **CF**

ELEVADOR

Diana Ramos
dianaramos@negocios.pt





RICARDO BAPTISTA LEITE
CEO da HealthAI

O antigo deputado é hoje CEO da HealthAI – The Global Agency for Responsible AI in Health. Nesse papel, foi esta semana escolhido para integrar a lista de 36 líderes globais da Fundação Obama, sendo o primeiro português a receber tal distinção. O médico tem dedicado muito do seu trabalho à causa pública e ao desenvolvimento do setor da saúde. O reconhecimento internacional é merecido. ■





OLAF SCHOLZ
Chanceler alemão

Os sinais de fragilidade da economia alemã são cada vez mais evidentes, o que expõe o debilitado Governo de Scholz. Desta vez é o Bundesbank a alertar que o motor económico da UE segue uma fase de "debilidade" e de "águas difíceis". A fraca procura interna tem penalizado a indústria. Se somarmos as dificuldades de da Volkswagen e BMW e o anúncio da Intel de suspensão de construção de uma fábrica, o "cocktail" é explosivo. ■